



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Escola de Comunicação e Artes

Curso de Licenciatura em Jornalismo

Monografia Científica

**ANÁLISE DE EQUILÍBRIO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA
COBERTURA DO CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO,
CASO: STV E TVM DE 01 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE
2021**

Discente: Letícia Banze

Supervisor: dr Ernesto Nhatsumbo

Maputo, Dezembro de 2023

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Curso de Licenciatura em Jornalismo

Monografia Científica

**ANÁLISE DE EQUILÍBRIO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA
COBERTURA DO CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO,
CASO: STV E TVM DE 01 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Monografia apresentada no curso de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo.

Discente: Letícia Banze

Supervisor: dr Ernesto Nhatsumbo

Maputo, Dezembro de 2023

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Curso de Licenciatura em Jornalismo

ANÁLISE DE EQUILÍBRIO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA COBERTURA DO CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO, CASO: STV E TVM DE 01 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Discente: Leticia Banze

Monografia apresentada no curso de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo.

JÚRI

Presidente:

Escola de Comunicação e Artes

Supervisor: dr Ernesto Nhatsumbo

Escola de Comunicação e Artes

Oponente:

Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Dezembro de 2023

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho, denominado “Análise de Equilíbrio das Fontes de Informação na Cobertura do Conflito Armado em Cabo Delgado”, nunca foi apresentado por nenhuma outra pessoa para a obtenção de qualquer grau académico, e constitui resultado de uma pesquisa pessoal, estando indicadas todas as fontes utilizadas para sua elaboração.

O Candidato

Maputo, Dezembro de 2023

DECLARAÇÃO

Ernesto Nhatsumbo, docente da Escola de Comunicação e artes - ECA, declara ter tutorado a monografia da estudante Letícia Quitéria Banze e, por ter concluído, recomenda-a a submeter à comissão da Avaliação dos Trabalhos de Culminação do curso de Licenciatura em Jornalismo para posteriores procedimentos.

Maputo, 06 de Novembro de 2023

Tutor

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ernesto Nhatsumbo', written over a horizontal dotted line.

Ernesto Nhatsumbo

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, Bernardo Banze e Olinda Quitéria Banze, às minhas irmãs, em particular Milca, aos meus amigos, colegas da Faculdade e do Serviço, dedico este trabalho. Extendo minha dedicatória ao Júlio Banze e ao Jaime Manganhela que nunca desistiram de apoiar-me, independentemente das minhas dificuldades, barreiras ou estado emocional.

AGRADECIMENTOS

Ao eterno Deus, o meu muito obrigado!

Aos meus pais, Bernardo e Olinda Banze, que nunca mediram esforços para proporcionar-me a melhor educação possível, bem como garantir uma formação académica contínua e de qualidade, aqui, por esta via, vai o meu mais humilde, profundo e sincero Khanimambo! Ao longo da minha formação, seu apoio transcendeu os valores monetários por si depositados para as Propinas e tantos outros custos. A si vai também o meu Khanimambo por todas as noites que ficaram atentos à minha chegada tardiamente nocturna, mesmo quando o frio ou o calor eram insuportáveis.

As minhas irmãs Rosalina, Joana, Milca e Precious Banze pelo apoio moral e material, e pela confiança que sempre depositaram em mim, vai também o meu Khanimambo!

Extendo os meus agradecimentos a todos os meus Professores. Um obrigado especial ao Dr Ernesto Nhatsumbo pelo apoio e orientação que tornaram possível a materialização deste projecto, pela paciência e compreensão, e pela inestimável insistência para que eu terminasse a Monografia. Ao professor Lazaro Mabunda também pelo apoio e orientação.

Ao Fernando Nhamussua, o meu muito obrigado pela incondicional recepção na Escola de Comunicação e Artes, pelo apoio e orientação estudantil.

Aos colegas da Turma de 2018, 1º Ano, nomeadamente, Armenio Mucache, Daniel Lucas, Wawa de Nilton, Emília Mudadene, Onésimo Mabote, e a todos os omitidos, mas não excluídos, o meu muito obrigado!

Ao Celso da Clara, pela motivação e apoio moral, o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

*“A fé é o olho da alma. Quando
fechamos os olhos da alma,
vemos Deus.”*

Søren Kierkegaard, 1813-1855

Resumo

A cobertura jornalística em zonas de conflito requer dos profissionais de Comunicação Social uma responsabilidade substancial. Diante de forças beligerantes que parecem insensíveis ao clamor e à imparcialidade dos presentes, os jornalistas enfrentam um cenário onde cada lado emprega suas armas e suas narrativas, cada um com sua própria verdade e justificação. Isso impõe aos jornalistas a tarefa crucial de manter a sociedade devidamente informada, de forma precisa e oportuna. Esse empreendimento exige a aplicação meticulosa de técnicas de colecta e apuração de informações, demandando uma busca incessante por fontes confiáveis. O resultado desse esforço culminam com análise equilibrada das fontes de informação durante a cobertura do conflito.

Nesta pesquisa, a autora escolhe examinar os canais de televisão "STV", de carácter privado, e "TVM", de âmbito público, durante o período de junho a dezembro de 2021. Para isso, adota a Pesquisa Mista, um método técnico-científico amplamente utilizado no jornalismo por proporcionar uma abordagem sólida dos eventos. A autora coleta reportagens de ambos os veículos sob análise, além de realizar entrevistas com jornalistas diretamente envolvidos com o tema.

Conforme indicado pelas fontes dos dois canais, o maior desafio enfrentado na cobertura do conflito armado em Cabo Delgado reside na divulgação de informações confiáveis. Isso requer uma extração precisa e equilibrada das fontes, considerando e respeitando os interesses divergentes das partes envolvidas. Mesmo considerando que o acesso às fontes é numericamente mais acessível de um dos lados em conflito, o jornalista carrega o peso de apresentar informações transparentes e corretas, apesar das adversidades.

Palavras-Chave: Cobertura Jornalística, Conflito Armado, Fontes de Informação, Equilíbrio.

Abstract

Journalistic coverage in conflict zones always demands a profound sense of responsibility from professionals in the field of Social Communication. After all, these are two belligerent forces almost immune to cries and the innocence of those present there, each giving their utmost with their respective weapons, each with their own truth and reasons. This underscores the necessity for journalists to keep society accurately and promptly informed. This endeavor requires the correct application of information gathering and consultation techniques, necessitating an unrelenting pursuit of information sources. The outcome leads professionals to conduct a correct and fair "analysis of the balance of information sources in conflict coverage."

In this research, the author utilizes the journalistic efforts of the television channels "STV," a private channel, and "TVM," a public channel, during the period spanning from June to December 2021. For this purpose, the author opts for the Mixed Research method, a technical-scientific approach widely employed by press professionals, as it guarantees a proper factual examination.

In her approach, the author gathers news pieces from both entities under study, as well as conducting interviews with certain journalists from both channels who were directly involved with the topic. According to the sources of both channels, the greatest challenge throughout their journalistic coverage of the armed conflict in Cabo Delgado was the dissemination of reliable information. This demands a correct, punctual, and balanced extraction from their sources, while acknowledging and respecting the conflicting interests of the belligerent parties. Even though, in the context of this conflict, access to sources is numerically possible only from one side, the responsibility fell upon the journalists to provide information that is as transparent and accurate as possible.

Keywords: Journalistic Coverage, Armed Conflict, Information Sources, Balance.

Listas de Tabelas

Tabela 1: Numerica da Análise	35
Tabela 2: O universo de Reportagens	36
Tabela 3: Total de Fontes Consultadas Nesta Pesquisa	37
Tabela 4: Actores / Descrição das fontes	39

Listas de Quadros

Quadro 1: Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz	19
Quadro 2. Classificação de Reportagem, segundo Yanes e Lage (2006)	22
Quadro 3: Categorias de Análise	33

Lista de Gráficos

Grafico 1: Análise Percentual	37
Gráfico 2: Percentagem das Fontes.....	38
Grafico 3: Fontes Consultadas pela STV	40
Grafico 4: Fontes Consultadas pela TVM.....	41
Grafico 5: Humanização de Reportagens.....	42
Grafico 6: Categoria de análise -Acesso do jornalista no local do acontecimento	43

Siglas e Abreviaturas

AI – Amnistia Internacional

CNN – Cable News Network

CR – Constituição da Republica

CTP – Centro de Televisão Provincial

ECA – Escola de Comunicação e Artes

EUA – Estados Unidos da América

FDM – Forças de Defesa de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FDS – Forças de Defesa e Segurança

INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

MISA – Media Institute of Southern Africa

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SAMIM – Southern African Development Community Mission in Mozambique

STV – Soico Televisão

TVM – Televisão de Moçambique

Índice	
DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Listas de Tabelas	viii
Listas de Quadros	viii
Lista de Gráficos	viii
Siglas e Abreviaturas	ix
Quadro 1: Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz.....	19
Institucional	20
Tabela 2. Classificação de Reportagem, segundo Yanes e Lage (2006)	22
Quadro 3: Categorias de Análise	33
Tabela 1: Numérica da Análise	35
Tabela 2: O universo de Reportagens	36
Gráfico 1: Análise Percentual	37
Tabela 3: Total de Fontes Consultadas Nesta Pesquisa	37
Gráfico 2: Percentagem das Fontes	38
Tabela 4: Actores / Descrição das fontes	39
Gráfico 3: Fontes Consultadas pela STV	40
Gráfico 4: Fontes Consultadas pela TVM	41
Gráfico 5: Humanização de Reportagens	42
Gráfico 6: Categoria de análise -Acesso do jornalista no local do acontecimento	43

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

Desde a insurgência dos conflitos armados na zona nortenha do país, a 5 de Outubro de 2017, desde a essa data a imprensa nacional e internacional, em cumprimento do seu papel fundamental que é de manter um sistema de vigilância, busca colocar correspondentes em zonas de conflitos que possam recolher dados e informação para a constante actualização sobre as tensões vividas nos campos de “guerra”.

Daí que o presente estudo com o tema: Análise do equilíbrio das fontes de informação na cobertura do conflito armado em Cabo Delgado, com principal período de análise de 01 de Junho a 31 de Dezembro de 2021 e visa especificamente descrever o tipo de fontes de informação consultadas pela STV e TVM em reportagens sobre conflito armado em Cabo Delgado e compreender se a selecção feita das fontes contribui para a construção de informações credíveis sobre terrorismo, com vista a responder a nossa pergunta de partida que se baseia no seguinte: que estratégias a TVM e STV usaram para ter o equilíbrio das fontes nas suas reportagens como forma de credibilizar a informação sobre terrorismo?

Como forma de obter respostas a esta pergunta, torna-se necessário a recolha de material bibliográfico referente ao tema, bem como a pesquisa bibliográfica que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico de diferentes autores como é o caso de Mauro Wolf , McCombs, Sponholz, Schmitz, Borat entre outros.

No que concerne a organização, o trabalho compreende cinco capítulos, sendo que o primeiro comporta os elementos introdutórios, que vão desde o problema de pesquisa, as hipóteses levantadas, justificativa e por último os objectivos. O segundo capítulo contém a revisão da literatura. Por sua vez, o terceiro está associado a Metodologia. Já o quarto capítulo reservou-se a apresentação e análise de dados e, por fim, o quinto capítulo que alberga as considerações finais.

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Listas de Tabelas.....	viii
Listas de Quadros.....	viii
Lista de Gráficos	viii
Siglas e Abreviaturas	ix
Problemática	4
Pergunta de Partida.....	7
Hipóteses	7
Justificativa.....	7
Objectivos	9
Objectivo Geral	9
Objectivos Específicos	9
CAPITULO II: QUADRO TEORICO E CONCEPTUAL.....	10
Jornalismo em tempos de Guerra: um breve historial.....	10
Cobertura jornalística de conflitos armados em Moçambique (1975-2020).....	11
Como reportar em tempos de guerra	15
O acesso as fontes de informação em Moçambique	15
Definição de conceitos básicos	17
Classificação das fontes de informação:	19
Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz.....	19
Quadro 1: Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz.....	19
Institucional.....	20
Identificação das fontes	21
Tabela 2. Classificação de Reportagem, segundo Yanes e Lage (2006)	22
Teorias bases	23
Teoria da Agenda-Setting.....	23
A Teoria do Gatekeeper	24

Breve Historial dos Órgãos em Estudo	26
TVM.....	26
STV	27
CAPITULO III: METODOLOGIA	28
Método Científico	28
Objectivos da Pesquisa.....	28
Tipo Pesquisa	28
Técnicas da pesquisa	29
Pesquisa Bibliográfica.....	30
Técnica da recolha de dados.....	30
Categorias de Análise	33
Quadro 3: Categorias de Análise	33
CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO	35
Tabela 1: Numérica da Análise	35
Tabela 2: O universo de Reportagens	36
Analise Percentual das Reportagens	36
Gráfico 1: Análise Percentual	37
Tabela 3: Total de Fontes Consultadas Nesta Pesquisa	37
Gráfico 2: Percentagem das Fontes	38
Tabela 4: Actores / Descrição das fontes	39
Apresentação Percentual das Fontes Consultadas pela STV e TVM.....	40
Gráfico 3: Fontes Consultadas pela STV	40
Gráfico 4: Fontes Consultadas pela TVM	41
Gráfico 5: Humanização de Reportagens.....	42
Gráfico 6: Categoria de análise -Acesso do jornalista no local do acontecimento	43
Análise comparativa dos resultados	44
Acesso as Fontes	44
Acesso ao Local dos Factos	45
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES.....	47
Referências Bibliograficas	49

Problemática

Desde Outubro de 2017 a província nortenha de Moçambique tem vivido momentos de tensão, isto devido aos confrontos armados, que leva com que os meios de comunicação façam a cobertura dos mesmos e na mesma senda, como forma de sustentar os dados, os jornalistas tem consultado as fontes de informação de modo a confrontarem os dados, visto que durante a cobertura de conflitos armados é normalmente acompanhada de múltiplas versões dos factos e de abordagens de temas sensíveis para a sociedade, como morte, fome, refugiados etc.

Porém, nesta relação envolvendo fonte-jornalista o conflito de interesses é também uma situação recorrente no campo jornalístico, daí que são notáveis discursos de manipulação quer dos jornalistas, bem como das fontes, tentando ambos saírem na vantagem, facto que Herbert Gans (1979) mencionou que a relação entre jornalistas e fontes se assemelha: “as fontes tentam ‘manipular’ as notícias, a favor delas, os jornalistas tentam ‘manipular’ as fontes de modo a conseguir a informação que querem” (ÉVORA: 2005:p. 8).

Por sua vez, Borrat afirma que numa notícia é preciso se ter diversificação das fontes de informação “para que a sua versão não seja uma simples transcrição ou reprodução de uma única fonte, nem reflecta apenas a versão de uma das partes em conflito”. (apud ÉVORA, 2015, p. 6).

Os mesmos autores afirmam ainda mais que “quanto maior for a quantidade, qualidade e diversidade das informações do texto e das fontes que cita, maior será a credibilidade e, por isso, a influência”. A diversificação, equilíbrio das fontes e a pluralidade de opiniões, pode igualmente auxiliar na imparcialidade, isenção, objectividade da informação relatada.

Os números 1 e 2 do artigo da Lei número 18/91, de 10 de Agosto, enfatiza que : Constituem o sector público da imprensa todos os canais de rádio e televisão tutelados pelo Estado, criados com o intuito de servir o interesse público nacional, para concluir no artigo 2 , avança a igualmente que os órgãos de informação do sector público têm como função principal: a) Promover o acesso dos cidadãos à informação em todo o país; b) Garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objectiva e equilibrada; c) Reflectir a diversidade de ideias e correntes de opinião de modo equilibrado; d) Desenvolver a utilização de línguas nacionais.

O facto é que pode se assumir que o exercício de equilíbrio das fontes, através do cruzamento das mesmas, é sem dúvida um “calcanhar de Aquiles” para a construção noticiosa que tem em vista a divulgação de informações inerentes a insurgência armada em Cabo Delgado.

Situação que é verificada na edição do jornal da Noite da STV no dia 23 de Junho de 2021, a STV exibiu uma peça que descrevia a chegada de deslocados a Pemba, “*chegaram, hoje, mais 300 deslocados a Pemba*” e faz também alusão, do facto de “*deslocados de Palma relatam ataques esporádicos*”, no entanto, nenhuma fonte oficial foi ouvida, fora dos próprios deslocados.

No mesmo período em análise, concretamente no dia 29 de Agosto, verifica-se um cenário similar, onde a STV fez a exibição de uma peça de reportagem no Jornal da Noite, que faz menção ao abandono de deslocados.

A STV, não somente se destaca pela cobertura e divulgação de informações que são obtidas por parte de quem sofre os impactos directos do conflito militar, a título de exemplo, no dia 18 de Agosto, através do Ministro da Defesa Nacional, na altura Jaime Neto foi anunciada a chegada das forças da SADC e igualmente foi veiculada a informação que dava conta de que havia uma tranquilidade para a circulação.

Por outro lado, um cenário similar é constado na televisão pública (TVM), no dia 07 de Julho é reportado pela TVM a retirada de Mulheres e Crianças, “*em Palma, Cabo Delgado: 120 mulheres e criança foram retiradas da área dos terroristas pelas FDS*”, no entanto foi somente ouvida a fonte oficial, neste caso Cristóvão Chume e sem nenhum pronunciamento por parte dos envolvidos.

“*FADM desbloqueiam estrada Macomia-Awasse, em Cabo Delgado*” 17/08/2021, nota-se que o jornalista desloca-se para uma aldeia, no entanto, a fonte oficial com a qual interagiu mostrava-se duvidosa quanto as declarações prestadas ao jornalista, daí que faria toda a diferença ou uma testemunha ocular, afinal de contas o confronto das vozes usadas podem auxiliar o jornalista a dar uma informação com credibilidade “*FDS afirmam que os terroristas têm sido selectivos nos alvos em Cabo Delgado*” 10/08/2021 fala-se igualmente da destruição de residências, no entanto, verifica-se uma limitação no que concerne ao aprofundamento através da busca de dados nas fontes não oficiais “*Na margem sul do rio*

Messalo: FADM e SAMIM atacam e ocupam 2 bases dos terroristas em Cabo Delgado
23/12/2021

Outro exemplo que merece atenção é o do dia 10/08/2021 “FDS afirmam que os terroristas têm sido selectivos nos alvos em Cabo Delgado”, na mesma edição é feita a menção de destruição de uma igreja... perceber-se um discurso de incerteza por parte de Cristóvão Chume, daí que ter-se um outro tipo de fonte poderia se influenciar na credibilidade da informação.

Ora, Gradim (2000, p. 106) mostra preocupação em relação à consulta das fontes, ao dizer que “não podem essas fontes oficiais serem tomadas como únicas em assuntos que envolvam desfavoravelmente as pessoas ou instituições de que estão a soldo, nesses casos o seu objectivo é sempre filtrar e de alguma forma manipular a informação difundida”.

A consulta e busca de dados em fontes credíveis é um dos princípios orientadores do jornalista no âmbito da consulta, no entanto, os jornalistas tendem a confiar, preferencialmente, nos dados provenientes de assessores de imprensa, porta-vozes governamentais ou técnicos de gabinetes de relações públicas e agências de comunicação, embora saibam, à partida, que estes agem de forma interessada – ou seja, com uma intenção específica subsidiária dos interesses da organização para a qual trabalham Ribeiro (2006, p. 62).

Ademais, outro facto que não passou despercebido para este estudo é a forma como são apresentadas as fontes, onde na sua maioria observar-se o cruzamento dos dados o tratamento desigual de fontes, bem como a ausência de cruzamentos, são tidos como o *modus operandi* do telejornalismo moçambicano, segundo Tomás (2005). Para o autor, estas são visões e/ou objectivos da estação pública (TVM) e outras emissoras do país, que estão longe de servir o público com informações vindas de diversas fontes. Ou melhor, as emissoras públicas, “apesar de ser financiada pelo dinheiro dos contribuintes moçambicanos, e apesar dos esforços, ela ainda está longe de servir publicamente o povo moçambicano, dado que ainda possui os resquícios do controle governamental, [...]”(TOMAS in Misa2005, p. 40).

Por outro lado, de acordo com o Barómetro Africano de Media (2015), este cenário é pouco valorizado nos telejornais moçambicanos. As informações tornam-se vazias e com tendências de parcialidade, outrossim, só nas difusões feitas pelo órgão estatal Televisão de

Moçambique (TVM), e igualmente da independente STV coloca-se em questão a relação ao equilíbrio das fontes de informação, sobretudo as oficiais.

Pergunta de Partida

Que estratégias a TVM e STV usaram para garantir o equilíbrio das fontes de informação nas suas reportagens como forma de credibilizar a informação produzida e publicada sobre o conflito em Cabo Delgado?

Hipóteses

I. A STV e a TVM buscaram diversificar as fontes de informação na elaboração das reportagens sobre o conflito armado em Cabo Delgado como forma de credibilizar as notícias a veicular.

II. A STV e a TVM focaram-se somente nas fontes governamentais na produção de reportagens sobre o conflito armado em Cabo Delgado porque esse tipo de fontes são as mais credíveis.

Justificativa

A aparição de matérias relacionadas a insurgência armada em Cabo Delgado, desde os primeiros ataques a 5 de Outubro de 2017, tem vindo a despertar atenção a nível internacional, sobretudo a imprensa que tem se dedicado em fazer o segmento de todas incidências, e sem fazer excepção da mídia nacional, com destaque a TVM e STV.

Dimitrova & Strömbäck (2008) muito bem explicam a importância da relação entre o ambiente político e a forma como os meios de comunicação abordam as questões julgadas politicamente relevantes, como é o caso das guerras, pois, segundo os autores, “os media desempenham um papel importante não só na informação do público, mas também no impacto da opinião pública. Esse papel é ainda mais importante em tempos de guerra” (DIMITROVA & STRÖMBÄCK, 2008)

A escolha dos órgãos deve-se ao facto de ambos, serem diários e terem posições diferentes na sociedade, visto que a TVM, sendo uma empresa pública parte-se e por outro lado, “a STV que é um órgão independente, em parte a abrangência que estes tem, acredita-se que os dois têm maior influência na construção da realidade social.

“A STV aparece como um factor de diversificação das fontes de informação, em contraposição à TVM, cada vez mais percebida no senso comum como uma caixa-de-

ressonância do discurso oficial do governo”. Pode ser esta a razão que leva Miguel (2010) a afirmar que os telespectadores da STV estão familiarizados com a expressão “vou chamar a STV”, por se tratar de “uma forma encontrada pelas pessoas para obrigar os agentes públicos ou privados a encaminhar suas demandas ou resolver seus problemas”. Entende-se, nesta visão, que este canal privado introduziu novas formas de fazer o telejornalismo, por meio de consultas de fontes diversas.

“A TVM considera que a existência de uma opinião pública informada, activa, interveniente e participativa, é a condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, sem fronteiras regionais, nacionais, e culturais aos movimentos de comunicação e opinião” ESTATUTO EDITORIAL DA TVM.

Ainda em conformidade com o estatuto editorial da TVM, a principal fonte de financiamento desta emissora provém do orçamento geral do Estado. Relativamente a este aspecto, de acordo com Gama (2012), como consequência do financiamento estatal, os interesses do governo transcendem os interesses públicos; por conseguinte, não se pode esperar que a TVM seja imparcial na sua programação

A discussão de Filho (2008), citado por Cury (2010), converge com o relatório do MISA, pois, segundo o autor supracitado, a fonte de financiamento determina a direcção, aplicação bem como o volume dos investimentos, seja em conteúdos, seja em tecnologia. O Conselho de Administração, por sua vez, é nomeado pelo governo, facto que, de acordo com Filho (idem) gera desconfiança, pois essa nomeação pode ser motivada por interesses políticos particulares que comprometem a independência do profissional que nem sempre é o mais capacitado para exercer as funções inerentes ao cargo.

Por estes motivos, escolheu-se para análise comparativa os dois órgãos com uma política editorial oposta para se verificar os marcos sobre o equilíbrio das fontes de informação na cobertura jornalística dos conflitos armados em Cabo Delgado.

Assim, acredita-se, finalmente, que no âmbito académico este tipo de pesquisa poderá ter utilidade para as pesquisas futuras na área de fontes de informação, sobretudo na questão de cobertura jornalística nas zonas de conflito armado, fazendo que não se restrinja a cobertura, sobretudo a busca de fontes diversificadas de modo a garantir a credibilidade das notícias.

Objectivos

Objectivo Geral

Analisar o equilíbrio das fontes de informação consultadas pela STV e TVM no processo da produção de notícias sobre insurgência armada em Cabo Delgado

Objectivos Específicos

- Descrever o tipo de fontes de informação consultadas pela STV e TVM em reportagens sobre conflito armado em Cabo Delgado;
- Compreender se a selecção feita das fontes contribui para a construção de informações credíveis acerca de terrorismo.
- Avaliar as fontes usadas pela STV e TVM, em matérias sobre conflito armado em Cabo-Delgado.

CAPITULO II: QUADRO TEORICO E CONCEPTUAL

Jornalismo em tempos de Guerra: um breve historial

O Jornalismo em tempos de Guerra, propriamente dito, é uma especialização jornalística referente à cobertura mediática de conflitos armados. De acordo com Carvalho (2013), o correspondente de guerra é um cargo tão antigo quanto o próprio jornalismo, pois, desde a antiguidade, era comum que relatórios fossem escritos durante e no fim das guerras. Assim, dentro da perspectiva profissional, o correspondente de guerra é o jornalista que cobre acontecimentos directamente de uma zona de conflitos bélicos.

A correspondência de guerra, é tida como uma das formas mais antigas de se fazer jornalismo, Allan&Zelizer (2004) afirmam que o primeiro indivíduo a relatar por escrito uma guerra tenha sido Heródoto, que escreveu sobre as Guerras Médicas (499 a.C. – 449a.C.), mesmo não tendo participado dos eventos, ao contrário de Tucídides que, anos mais tarde, relatou detalhadamente a Guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.) em sua obra “História da Guerra do Peloponeso”. No entanto, muito ainda se discute a respeito de quem seria o primeiro correspondente de guerra no que se refere à prática jornalística.

Todavia, os primeiros relatos sobre guerra que merece tal nome só apareceu no século XIX, especificamente na Guerra da Crimeia (1854), que envolveu a Inglaterra e a Rússia numa disputa de fronteiras, sendo que o papel de correspondentes era atribuído aos jovens soldados que mandavam cartas das frentes de batalha, expediente bastante insatisfatório, pois não apenas esses soldados-correspondentes eram altamente selectivos com o que escreviam, como mal entendiam o processo jornalístico. Foi então que o editor do The Times londrino enviou para o campo de batalha um repórter especialmente contratado para a função: William Howard Russell, o primeiro correspondente de guerra.

Ele fez tamanho sucesso cobrindo a guerra que depois reportou outros conflitos, como a Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América (EUA) e a Guerra Franco-Prussiana. (MORETTI 2004,p.10).

Pela forma como o correspondente Russell fazia o relato do conflito, o que trouxe uma nova dinâmica para a cobertura de conflitos, de uma forma detalhada e visionaria, daí que lhe foi atribuído o título de “primeiro correspondente de guerra moderno”, segundo o dito pelo pesquisador Élvio da Silva Carvalho. (CARVALHO 2013, p.15)

Carvalho (2013), ressalta ainda que a imparcialidade de Russell, evidente em seus textos, "mostrava-se um aberto militante do lado britânico, denunciando, por exemplo, a falta de mantimentos e cuidados médicos para com os soldados, exigindo melhores condições para os 'seus' homens. Outro correspondente que acompanhou a Guerra da Crimeia, e que também merece destaque, é Thomas Chenery, editor do jornal The Times, que inclusive chegou a incomodar a coroa britânica. Em seus relatos, Chenery, segundo Carvalho (2013), denunciava a falta de assistência médica aos soldados britânicos e entre outros casos do governo. Desse modo, é possível dizer que apesar de seu carácter literário, as narrativas de guerra na modernidade já possuíam um teor de denúncia, o que se tornou presente na especialização ao longo do tempo e que permanece ainda na actualidade. Já a televisão é um dos meios que influenciou muito a população civil norte-americana durante a guerra do Vietnã, na década de 60, a exibição de combates e da crueldade dos próprios militares americanos com os vietnamitas mudou radicalmente a relação que a opinião pública estadunidense tinha com aquele conflito. Protestos internos foram responsáveis pela retirada dos militares da guerra do Vietnã. Aprendida essa lição, hoje os norte-americanos antes de começar qualquer conflito bélico promovem uma clara censura aos meios, principalmente à TV. Isso ocorreu na Guerra do Golfo(1990-91) contra o Iraque.

As imagens dos bombardeios eram nocturnas, reduzidas à apenas clarões numa tela esverdeada. Além disso, o discurso da rede mundial de TV, CNN dizia que com a precisão cirúrgica das bombas guiadas por computadores e sinais de rádio, as baixas civis eram reduzidas. Tratava-se de uma guerra “limpa” segundo a ideologia difundida pelos americanos. Versão acriticamente comprada pelas tvs brasileiras que aplaudiram esse novo tipo de guerra “sem sangue nem mutilações”. No entanto, a realidade foi bem diferente, uma guerra como as outras, só que o cerco ao inimigo também foi feito pela mídia. Enfim, uma guerra mediática, disputa pela hegemonia da “verdade”.

Cobertura jornalística de conflitos armados em Moçambique (1975-2020)

Pode se dizer que a imprensa moçambicana depois da independência, em 1975, desenvolveu-se num contexto de guerra, visto que ocorria no país de 1976 até 1992 a guerra entre a FRELIMO (partido no poder) e a RENAMO, conhecida como guerra civil, guerra de desestabilização ou guerra dos 16 anos.

De acordo com Chichava & Pohlmann (2010, p. 127) a imprensa moçambicana, depois da independência, transformou-se em “um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido (FRELIMO) de vanguarda ao serviço da revolução, um importante elemento na luta contra o capitalismo e o imperialismo e na construção do homem novo”. Esta declaração foi feita no III Congresso da FRELIMO em 1977 que a partida exclui a questão da liberdade de expressão e de princípios éticos que nor teiam o jornalismo.

Pelo cenário acima exposto, de centralização e controlo dos meios de comunicação pelo Estado moçambicano no período pós-independência (1975-1992), percebe-se que a cobertura jornalística da guerra civil foi a favor do partido no poder, visto que a imprensa durante este tempo tinha como função apoiar o Governo e só eram permitidos enquadramentos a favor do sistema marxista-leninista em vigor na época. 19 Com o processo da assinatura dos Acordos Gerais de Paz (1990-1992), colocou-se o fim a guerra civil e implantou-se o sistema democrático, conseqüentemente abriu-se espaço para uma media plural.

Como afirma Leite (2019, p. 48) a pluralidade mediática no país foi garantida pela revisão da Constituição da República (em 1990) que passou a integrar os princípios de liberdade de imprensa e expressão, assim como a actuação da media privada. Conjugado a isso, foi elaborada a Lei de Imprensa (em 1991) que apresentou os princípios, direitos e deveres dos jornalistas e dos meios de comunicação social.

Em 2013, no cenário democrático reinicia no país o conflito entre o Governo (ainda dirigido pela FRELIMO) e a RENAMO, desta vez concentrado na zona centro do país, concretamente da província de Sofala. Como se lê no relatório do MISA, (2017, p. 16) desde o início deste conflito armado em 2013, os níveis de liberdade de imprensa e de expressão retrocederam no país, sendo que no processo de cobertura do conflito os jornalistas eram silenciados, ameaçados ou intimidados, principalmente por dirigentes públicos e agentes do Estado.

Apontado como exemplo, o MISA trouxe no mesmo relatório excerto duma notícia que dava conta da impedição por parte do governo local de cobertura das questões do conflito: Por meio de uma solicitação escrita, enviada aos órgãos de comunicação social que actuam na capital provincial da Zambézia, o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique agendou um encontro no qual foi dar orientações sobre como fazer a cobertura dos assuntos do conflito armado e o crime. Nesse encontro, foi dito que nenhuma informação

que tivesse a ver com a Polícia devia ser divulgada se a fonte não fosse o porta-voz da Polícia, falando no briefing semanal (ibidem).

Sobre o conflito armado em Cabo Delgado, noutro relatório da MISA (2021, p. 5), a organização aponta que desde o início do conflito em 2017, têm-se impossibilitado a plena prática do jornalismo por conta de intervenções dos militares e dos agentes do Estado, assim como por parte dos terroristas (em poucos casos):

A partir do ano 2017, começam-se a reportar casos de detenção e de confiscação de equipamentos de trabalho de jornalistas. Igualmente, assistiu-se a um novo fenómeno: jornalistas obrigados a fornecer seus e-mails e as respectivas senhas, em flagrante violação da sua privacidade.

Em Abril, de 2020, desapareceu e, conforme relataram testemunhas, levado por militares, o jornalista da rádio local, Ibraimo Mbaruco. Mesmo com diversos esforços feitos, o estado moçambicano ainda não mostrou/marcou passos nem esclareceu este caso (ibidem).

Com isso, pode dizer-se que a prática do jornalismo em tempos de conflito em Moçambique constitui um grande desafio para os jornalistas, mesmo com as disposições legais que garantem a liberdade imprensa e de expressão.

O exercício das liberdades de expressão e de imprensa em Moçambique tem sido hostil e turbulento, nos últimos dois anos (2019 e 2020). Não somente sob ponto de vista do número de casos de violações das liberdades de imprensa que tiveram uma tendência crescente, mas também pela gravidade com que têm vindo a abalar e a colocar os jornalistas a trabalharem num clima de medo, insegurança e de risco.

Cobrindo os conflitos e acesso as fontes de informação

Antes de Russell existiam apenas as chamadas “crónicas de guerra”, contadas por alguém que viu ou viveu um conflito armado. No início da primeira grande guerra os jornalistas estavam mesmo proibidos de publicar qualquer material sobre o conflito em si, e se arriscassem avançar para o seio do combate não lhes era oferecida qualquer protecção, arriscando-se a ser tratados como espiões inimigos. “Assim, o que tornou este novo meio tão importante para o jornalismo de guerra, ao ponto de criar uma nova era, prende-se com três

características fundamentais: o acréscimo da quantidade de informação, a credibilidade e sensação de realidade, e o já explicado aumenta das possibilidades de interpretação por parte do espectador.”

Jacques Leslie cobriu a guerra para o LA Times de 1972 até Julho de 1973 quando foi expulso do país por ter o hábito de noticiar exclusivos inconvenientes: a tortura de mulheres prisioneiras, a corrupção e as violações de cessar-fogo, e até uma conspiração dos generais do exército Sul Vietnamita para contrabandear, para fora do país, invólucros de cartuchos de artilharia usados valiosos, obtendo grandes lucros. Estas notícias eram possíveis porque Leslie cultivava boas fontes tanto oficiais como não-oficiais. ‘Como resultado, claro, fui finalmente expulso do país em Julho de 1973, um ato que a embaixada dos EUA entusiasticamente aprovou.’ (McLaughlin, 2002, p. 76)

Uma verdadeira censura da informação que garantia a protecção do governo - tanto que, sensivelmente após duas semanas do início do conflito, ninguém sabia muito bem o que se estava a passar na frente de combate nem quantos mortos havia. Este foi o primeiro ensaio para os jornalistas “embedded” que ficariam famosos na segunda guerra do Golfo, já em 2003. O Governo autorizava a presença de jornalistas escolhidos pelo sistema de “pool” (pré-seleccionados), autorizados somente a passar a informação permitida, o que resultava obviamente em informações deturpadas. Os repórteres autorizados no terreno eram, assim, involuntariamente relações-públicas dos militares, pois se só o autorizado passava para o público, não podemos falar em informação, mas sim numa propaganda dissimulada que, como seria de esperar, aumentaria a popularidade de George Bush para as eleições de 1992.

Quando realmente as notícias eram sobre eventos importantes desenvolvidos nas frentes de combate, as informações chegavam pelas mãos de militares, já censuradas pelo “PressBureau”, o órgão que revia os documentos militares antes de os entregar aos jornalistas (no caso da Inglaterra). Essas informações, distribuídas igualmente para todos os profissionais e mais tarde para o mundo inteiro, eram na maioria das vezes irrelevantes para a opinião pública, ou então, ultrapassadas e já conhecidas pela imprensa geral, que já as havia lido noutras publicações de outros países. No entanto, a realidade foi outra. Este sistema não passou de uma estratégia semelhante ao da segunda grande guerra. Permitia-se os jornalistas, dava-se-lhes acesso a informações oficiais, a troco de uma isenção falaciosa.

Como reportar em tempos de guerra

Reportar sobre guerra e paz, exige que os jornalistas atendam a diferentes demandas, desde as dos generais do exército que actuam directamente do teatro operacional, bem como dos líderes dos estados. Em relação as notícias sobre negociações de guerra e paz são subsidiados por esses grupos que são categorizados como protagonistas da guerra. As informações dessas fontes são consideradas declarações oficiais ou fontes credenciadas que os correspondentes de guerra não podem prescindir.

Em contrapartida, embora exista uma relação interdependente entre as fontes de notícias e jornalistas nas zonas de guerra, são os jornalistas que terão poder nominal de veto sobre as informações recebidas. Clayton, citado por Lungelo Ndhlovu (2022), diz que a violência armada é um problema urgente, porém pode ser difícil produzir reportagens que repercutem, porem uma abordagem sugerida é, a cada poucos meses, analisar e produzir um resumo dos incidentes de violência armada que podem ter ficado de fora do noticiário, e inclusive falar com as pessoas envolvidas ou afectadas

Citando o repórter André Cauteira (2019) , Guivala (2019) acrescenta que “em tempos de guerra tem havido situações em que as fontes tomam conhecimento de que o jornalista está a deslocar-se a um determinado local e para aquele local são enviadas pessoas a fim de contarem histórias fictícias ou já preparadas para deturpar a informação”.

Duas situações são descritas por Cabral (2017), quando se trata de matérias relacionadas a cobertura de guerras, por um lado ele coloca um jornalismo que Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos, partindo deste pressuposto admite-se que todas as fontes tornam/se úteis para a construção de notícias, já o outro contraria a que da primazia as fontes, visto que Desumaniza “eles”, especialmente quando há armamentos, usando dar voz a somente elites, bem como as instituições sem haver no entanto o equilíbrio das fontes de informação.

O acesso as fontes de informação em Moçambique

INGC (2009), o principal papel dos jornalistas em momentos de desastres e crises e nas fases que antecedem a ocorrência de fenómenos susceptíveis de provocar uma calamidade é

fornecer aos cidadãos o acesso aos factos, opiniões e ideias surgidas antes, durante e depois da ocorrência dos fenómenos.

Na mesma senda, Zenatti e Souza (2010:30), acrescentam que na ocorrência de um desastre, a media actua como um actor da comunicação, pois parte de uma determinada cultura e possui uma motivação, além do óbvio interesse público e obrigação social de informar. A compreensão do cenário e do meio no qual está inserido é primordial na disseminação das informações correctas.

O artigo 48 da Constituição da Republica, sobre liberdades de expressão e de informação, enumera uma série de direitos, que incluem garantias de livre expressão e confronto de ideias das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação social do sector público.

“Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”. No mesmo artigo a Constituição da República, garante ainda a protecção das fontes de informação do jornalista, e 2 “Nos meios de comunicação social do sector público são assegurados a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião”.

O espectro de entidades que a lei protege como entidades estatais, no caso de difamação, vai para além de secretários-gerais de partidos políticos, para incluir “organismos que exerçam autoridade pública, civil ou militar”, mencionados de forma lata e ambígua. Nestes casos, os prevaricadores podem ser punidos com a pena de três meses a dois anos de prisão e multa correspondente.

Lei n° 12/79 de 12 de Dezembro (Lei de Segredo de Estado), a qual estabelece o regime jurídico da protecção do segredo de Estado. Ela foi introduzida em ambiente revolucionário, ao qual se seguiu um conflito armado de 16 anos (1976-1992), mantendo-se em vigor até aos dias de hoje. Nos termos do seu Artigo 1, a lei destina-se a proteger o segredo do Estado em relação a todos os documentos contendo factos classificados e informação. O Art.4 da referida lei define “documentos classificados” nos seguintes termos “Documentos classificados “são aqueles que contêm dados ou informações militares, políticas, económicas, comerciais, científicas, técnicas, ou quaisquer outras (nosso sublinhado) cuja divulgação ponha em causa, prejudique, contrarie, ou perturbe a Segurança do Estado e do Povo, ou a economia nacional”.

A Lei 18/91, de 10 de Agosto (Lei de Imprensa): No seu artigo 29, a Lei de Imprensa bloqueia o acesso às fontes de informação quando tratando-se de processos em segredo de justiça ou a factos considerados segredos militares ou segredos de Estado. Entretanto, de acordo com o Barómetro Africano De Media, três problemas emergem deste artigo:

O primeiro prende-se com o arrolamento indistinto de diferentes categorias de limites (segredo de justiça, segredo militar e segredo de estado). O segundo refere-se à ausência de qualquer definição destas categorias de limites, e o terceiro, quiçá o mais sério, refere-se à não designação de uma instituição com autoridade para classificar uma informação como sendo segredo militar ou segredo de Estado, sendo tal poder deixado nas mãos de identidades... “Entidades competentes”.

Definição de conceitos básicos

Equilíbrio

Guivala (2019), O Equilíbrio ou a uniformidade da cobertura noticiosa refere-se ao fornecimento de oportunidades razoáveis para a discussão de pontos de vista divergentes em assuntos controversos de importância pública, permitindo respostas a ataques pessoais que ocorrem durante discussões.

Conflito armado

De acordo com Amnistia Internacional (2015), os conflitos armados podem ser espoletados por problemas relacionados com a identidade, a etnia, a religião ou a concorrência para controlar recursos, entre outros.

Reportagem Televisiva

Yanes (2004), define reportagem como sendo uma mistura de géneros que constrói um novo género, mais completo e diversificado. É na reportagem que se situa toda a essência da informação televisiva. Pode ser assim vista como uma plataforma que converge todas as demais variedades dos enunciados jornalísticos, como é a própria entrevista.

Fontes de informação

Etimologicamente a palavra “fonte” provém do latim e significa “nascente de água” e é uma palavra que possui vários significados e figuras de linguagem. No jornalismo, designa-se fonte de informação a quem origina ou produz alguma informação.

Schmitz (2011) chama de fontes de notícias: “Pessoas interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas directas ou indirectamente em fatos e eventos; que agem de forma proactiva, activa, passiva ou reactiva; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma media”.

Ademais, Lage (2001) argumenta que as fontes: são pessoas ou instituições que providenciam informação aos jornalistas por vários meios. Elas são personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”

Ao longo da actividade jornalística, o profissional para poder mediar a realidade se vale do conhecimento das fontes na fase de produção da notícia, quando ele busca a informação para depois informar os outros. Segundo Sponholz (2009, p. 8) “Nesse momento ocorre a objectividade jornalística”. Nesse contexto, assume-se que as fontes são um factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos mass media, daí que a selecção equilibrada das fontes de informação é uma das exigências colocadas aos jornalistas, a fim de que se obtenham resultados credíveis.

Muito se discute sobre este poder do jornalista, alguns alegam que se trata de uma autonomia consentida a partir de uma política editorial do veículo, outros discordam, assegurando que o jornalista segue as normas deontológicas e que faltam critérios éticos para exigir uma subordinação.

Quando se verifica uma presença consistente destes valores nas informações veiculadas pelas fontes, é possível estabelecer uma relação de confiança entre as mesmas e os profissionais dos media. Neste sentido Gans menciona a preferência dos jornalistas em escolher as suas fontes com base na conveniência “aferida, não só em termos de fiabilidade e respeitabilidade mas também em termos de capacidade de produção de informação” (Gans, 1980, citado por Sousa, 2002, p. 3).

Classificação das fontes de informação:

Sobre a classificação das fontes, há que salientar que muitos autores convergem, no entanto Lage categoriza três tipos, a saber: oficiais, oficiosas e independentes. Por sua vez, Schmitz faz uma classificação extensiva, agrupando em oito os tipos de fontes, sendo que não iremos mencionar a “fonte referencial”. Isto é, a pesquisa baseia-se nas fontes humanas que fazem parte da lista de consultas do telejornalismo moçambicano, bem como do jornalismo no geral. É por este facto que na classificação do Schmitz, fala-se da existência de fontes oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas e referenciais

Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz

Quadro 1: Matriz da tipificação das fontes segundo Schmitz

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária	Oficial	Proactiva	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Activa	Anónima	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Popular	Reactiva		
	Notável			
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referencial			

Oficial

Schmitz (2011, p. 25) Refere-se a “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.) ”, Refira-se que o Estado e as instituições fazem parte desse tipo de fonte, ademais, as fontes oficiais são as que buscam na sua maioria serem os maiores produtores e fornecedores de informações.

Empresarial

É também designada por comercial ou institucional e “estabelecem relações com a media visando preservar a sua imagem e reputação” Schmitz (2011, p. 25). A fonte empresarial, devido a sua forma de aparição, acaba tendo características que equipar-se a publicidade.

Institucional

“Normalmente, busca a media para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros” segundo Schmitz (2011, p. 25). A fonte institucional, apesar de estar desvinculada de qualquer interesse financeiro, as suas informações tem sido suspeitas.

Popular

Manifesta-se por si mesmo, geralmente, uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social. Enquanto testemunha, enquadra-se em outro tipo, por não defender uma causa própria. Uma fonte popular aparece notadamente como “vítima, cidadão reivindicador ou testemunha”. A figura da vítima é carregada de noticiabilidade, pois o público se interessa pelo sofrimento, injustiçado ou pela desgraça do destino. Charaudeau (2009).

Notável

São pessoas notáveis pelo seu talento ou fama, geralmente artistas, escritores, desportistas, profissionais liberais, personalidades políticas, que falam de si e de seu ofício. Schmitz (2011, p. 26)

Testemunhal

Funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como participa ou observa. Desempenha o papel de “portadora da verdade”, desde que relate exactamente o ocorrido, a menos que seja manipulada, daí deixa de ser testemunha. Schmitz (2011, p. 26).

Especializada

Trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a

uma profissão, especialidade ou área de actuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas acções ou acontecimentos. Schmitz (2011, p. 27).

Referencial

Aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias. Schmitz (2011, p. 27). Embora o seu uso seja passível de ocorrência de distorções, as mídias, como jornais, revistas, audiovisuais e a internet (mídias sociais, portais, sites, blogs), servem também de fontes referenciais.

Contudo, embora com esta vasta tipificação das fontes, Gradim (2000, p. 106) mostra preocupação em relação à consulta das fontes, ao dizer que: “Não podem essas fontes oficiais serem tomadas como únicas em assuntos que envolvam desfavoravelmente as pessoas ou instituições de que estão a soldo, nesses casos o seu objectivo é sempre filtrar e de alguma forma manipular a informação difundida”. Cabe porem ao jornalista buscar pela consulta e cruzamento das fontes de informação, no entanto, os jornalistas e suas empresas de media têm o poder de negar as informações sem o cruzamento. Este é um bem fundamental que segundo, Erickson et al, coloca-os numa posição poderosa: o poder de negar à fonte qualquer acesso; o poder de levar a cabo uma cobertura que contextualize negativamente a fonte; o poder de deter a última palavra; e o poder de traduzir para o senso comum informação especializada e particular. Ribeiro (2006, p. 35).

Identificação das fontes

É sabido que a relação entre jornalista e fonte, envolve sempre um interesse entre as partes daí que Lage (2001), Sousa (2001) e Schmitz (2011), são unânimes em afirmar que, a identificação da fonte é um elemento básico, mas muito importante no processo de produção da notícia. Por isso, a fonte sempre deve ser citada correctamente.

Sousa (2001), o ideal é a identificação, pelo que o repórter dever conseguir convencer a fonte a falar, na medida em que, o leitor não pode ficar com dúvidas sobre quem disse o quê, quem viu o quê, quem ouviu o quê, quem observou o quê ou quem escreveu o quê. A informação que provém do jornalista deve destriçar-se dos dados das fontes de informação. Isto é

especialmente verdadeiro quando se trata da manifestação de opiniões por parte de uma fonte. (SOUSA, 2001, p. 66)

São várias as abordagens que diferentes autores em torno da identificação das fontes, portanto, Schmitz, (2011, p. 30), avança que a identificação passa por citar o “nome (de preferência completo), status, profissão, cargo, função ou condição e a quem representa - além de orientar o público, dá o crédito a quem se dispõe a colaborar, cedendo a sua imagem, sem por isso, requerer direitos autorais”. Em torno destas colocações, admite-se que para este estudo em relação a fontes de informação atendendo a definição de Sousa (2001) que coloca as pessoas, instituições, documentos, vestígios, entre outros meios criadores de informação.

E opta-se pelo conceito fontes de informação, por especificamente aludir aquelas que chama de fontes humanas - pessoas, pois são fontes que mais aparecem na reportagem televisiva a nível nacional.

Classificação	Definição
Reportagem objectiva	Tem como características básicas a construção de seus argumentos a partir de entrevistas ou dados numéricos extraídos a partir de informações oficiais e/ou relatórios
Reportagem de retrospectiva	O modelo que apoia sua argumentação a partir de dados recuperados no passado para contextualizar a informação presente ou propor uma reflexão sobre o futuro.
Reportagem de profundidade	Reúne os modelos de reportagem objectiva e de retrospectiva em um só, apontando novos dados que revelam aspectos concretos de notícias de grande importância
Reportagem de investigação	Ainda que redundante, pois toda reportagem resulta de uma investigação, esse modelo adopta técnicas avançadas de reportagem, como o modelo RAC (Reportagem Assistida por Computador).

Tabela 2. Classificação de Reportagem, segundo Yanes e Lage (2006)

Teorias bases

Teoria da Agenda-Setting

A teoria do Agenda-Setting ou do agendamento advoga que os meios de comunicação social “têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento” Sousa (2006, p. 501). O Agenda-Setting surge através do estudo da campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos em 1968 realizado por McCombs e Shaw, onde se extraiu a noção de os media deterem uma influência social, através da ideia de que eles possuem a capacidade de determinar o que o público deve debater.

De acordo com Santos (2001, p. 112) “pelo simples facto de os media prestarem atenção a certos acontecimentos e ignorarem outros, produzem efeitos sobre as pessoas que os consomem. A comunicação social é que diz ao público quais são os temas importantes da actualidade”. O autor alerta que esta teoria não se refere a manipulação ou a persuasão, mas sim a uma simples publicação de matérias que os meios de comunicação acham relevantes para o conhecimento e debate público.

O Agenda-Setting é uma permanente concorrência entre temas, “com o objectivo de ganhar a atenção dos media, do público, e de elites políticas sendo os media de massa a arena pública partilhada, onde diferentes questões ganham e perdem importância ao longo do tempo” Dearing e Rogers (1996) citados por Silva (2014, p. 264). Com isso, percebe-se que a categoria de tema relevante varia de tempo em tempo, os meios de comunicação é que determinam através da ênfase que dão a certos assuntos em detrimento de outros.

A capacidade de agendamento, segundo Sousa (2006, p. 502), é possibilitada pela necessidade que uma pessoa tem de obter informações sobre um assunto, o que a motiva para o consumo dessas informações. Ao exporem-se mais à comunicação social, estas pessoas são mais sujeitas aos efeitos de Agenda-Setting.

O agendamento varia também do tipo de meio de comunicação social, assim como da abrangência e do poder do certo órgão de comunicação social, porém não há conclusões definitivas sobre qual dos media têm mais capacidade de agendamento.

Nos tempos actuais, por conta da concorrência, é possível o agendamento dos meios de comunicação através de outros meios de comunicação e também, por conta da frequente

interacção entre os meios de comunicação (principalmente na internet) com o seu público, é possível que o público agende os meios de comunicação.

A apesar da sua força do agendamento mediático, Santos (2001, p. 115) alerta que não é sempre que o agendamento mediático vai de acordo com o agenda do público, podendo os meios de comunicação social abordarem matérias que têm pouca relevância para o público ou a media não abordar matérias que para o público têm maior relevância.

Como exemplo, o autor aponta um estudo sobre as eleições em Dinamarca no ano de 1975 em que a media, durante a campanha, ignorou temas como habitação e protecção do meio ambiente enquanto o público considerou-as mais importantes do que os outros assuntos abordados pelos eles

A Teoria do Gatekeeper

A teoria do newsmaking é considerada uma actualização e complementação da teoria do gatekeeper – que busca compreender os critérios de noticiabilidade, pois procura entender todo o processo de rotina (diária, semanal, mensal ou mesmo de actualização constante) de produção da notícia, não só (mas também) os critérios que levaram a notícia a ser veiculada (inserida no estudo do gatekeeper). Dessa maneira, a função do gatekeeper estaria contida no processo de rotina, tendo em vista que a intuição jornalística não é uma capacidade misteriosa de determinar notícias, mas sim uma capacidade rotineira [...] e praticada ao abrigo de parâmetros identificáveis (os valores-notícias, por exemplo), uma capacidade de combinar instantaneamente num ponto de equilíbrio fatores em si diversos. (WOLF 1985, apud SOUSA, 2000, p. 113)

Ademais, esta teoria se assenta na ideia de que as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas, é nesta perspectiva em que se procura olhar para todos os elementos que condicionam para a produção e construção de uma noticia.

Essa rotina de produção é geralmente dividida em três etapas e, embora não haja consenso quanto à nomenclatura de cada estágio, elas se referem ao mesmo processo. Em contrapartida aos três pontos.

O processo jornalístico deve ser descrito em quatro momentos: identificar; obter; seleccionar; ordenar ou apresentar. A diferença entre Ward e outros autores é o acréscimo do

“identificar”. Os que defendem apenas três etapas o fazem, possivelmente, porque a fase de identificação não pode ser percebida por aqueles que fazem a análise a partir do produto final, mas somente por quem estiver acompanhando de dentro da redação o processo de construção da notícia. Pesquisadores como Mário Erbolato e Mauro Wolf (2005, p. 229) falam de apenas três momentos: captação, redação, edição (ERBOLATO, 2006); e coleta, seleção, apresentação. (WOLF, 2005, p. 229)

Por princípio, para Shoemaker e Vos (2011, p. 37), “[...] o processo de gatekeeping começa quando um profissional da comunicação transforma a informação sobre um evento em uma mensagem”. É algo relativamente simples uma vez que o acto de recolher material, fazer a seleção do que é interessante e transformar o evento escolhido em notícia, faz parte da rotina de produção do jornalismo e está directamente vinculado ao ethos da profissão

a) Decisões dos grupos dependem parcialmente sobre a visão do grupo das situações, e por isso podem ser influenciadas por uma mudança nessa percepção;

b) A percepção do grupo a respeito do resultado da ação social é essencial para a decisão sobre o próximo passo. (LEWIN, 1947, p. 147).

Bass (1969) sugeriu que havia mais de um estágio de selecção dentro das redacções, sendo que, em um primeiro momento, os colectores de notícias (redactores, chefes de redacção e repórteres) trazem para dentro dos veículos as informações que chegam por vários canais.

O segundo estágio de gatekeepers seria formado pelos processadores de notícias, que modificariam e dariam às matérias o formato de produto acabado para ser entregue à audiência. A esse processamento dividido de notícias Bass (1969) deu o nome de “Fluxo Interno de Notícias de Dupla Ação”.

E é sobre esse processo de selecção jornalística que vai incidir a pesquisa, visto que o produto final, ou seja as notícias resultam dessa busca minuciosa de fontes entrevistadas, olhando muito mais para questões relacionadas ao equilíbrio em matérias de conflitos armados.

Breve Historial dos Órgãos em Estudo

TVM

Sobre a TVM, há que se destacar que historicamente, de acordo com Siteo (2011) as primeiras emissões de TV em Moçambique tiveram lugar a partir e durante a feira internacional de Maputo (FACIM), onde fora improvisado um estúdio para a testagem de um equipamento de emissão e recepção de TV, apresentado por uma empresa italiana, isto em 1979. Dois anos depois, para captar a eficácia dos testes, foram espalhados vários aparelhos de televisão pelos bairros de Maputo, e foi assim que pela primeira vez, os moçambicanos assistiram a emissão de TV a partir de Moçambique, a qual foi denominada de Televisão Experimental de Moçambique (TVE). Estas transmissões televisivas eram realizadas apenas aos domingos, e somente para as cidades de Maputo e Matola.

Foi em 1991 que a TVE passou à denominação de Televisão de Moçambique (TVM-EP) criada pelo decreto 19/94, de 16 de Junho, e se expandiu para outras províncias, Beira (1992) e Nampula (1994) respectivamente. Em Setembro de 1998, a TVM inaugura o seu centro de televisão central em Maputo e passa a transmitir via satélite para todo país a 25 de Julho de 1999 (Chauu, 2008). Neste período foram transmitidas mais de 3.900 horas de emissão, que no ano 2000 aumentaram para 5000 horas, número este de horas que se manteve constante nos anos subsequentes até 2004, ano em que a TVM atingiu às 6.600 horas de transmissão, (idem). Quanto ao número de programas nacionais transmitidos, Chauu refere que de início ocupavam 47% da programação, enquanto os programas estrangeiros ocupavam 53%, situação esta, que foi sendo invertida aos poucos de tal modo que em 2004, 62% da programação era ocupada por assuntos nacionais, (idem). Quanto aos programas noticiosos ou informativos, a TVM transmitiu 820 horas, dividida entre informação diária, não diária e desportiva, e em 2004 foi além das 2.200 horas de notícias (idem).

Ao longo do tempo, a TVM foi desenvolvendo e actualmente cobre a maior parte do território nacional. Com uma maior e diversificada programação, que inclui desde conteúdos informativos aos didácticos, passando por entretenimento, programas infantis, ficção entre outros, sendo a maioria de produção nacional, a televisão pública transmite também o seu sinal via satélite, 18 horas por dia. A sua cobertura nacional nas províncias é garantida através das delegações e Centros de Televisão Provincial (CTP's).

STV

A Soico-Televisão, é uma televisão privada moçambicana que surgiu em 2002, através da constituição de 1990, que abre espaço para o surgimento de empresas televisivas privadas em Moçambique (Siteo, 2011). Esta televisão transmite em parceria com a Rede Globo e o canal Futura que são canais televisivos brasileiros.

A Soico Televisão (STV), pertence a Daniel David, ex-trabalhador da TVM, entrou no “ar” em 2002 como uma nova emissora privada. Inicialmente, transmitia toda a programação em inglês, que era proveniente da CTV África, emissora sul-africana com a qual estabeleceu uma forte “parceria”. Cedo a STV se apresentou como principal concorrente da TVM, pelo menos em termos de grade de programação, pois parecia possuir maior liberdade de criação de novos programas em relação à primeira. Essa concorrência levou à reestruturação do sector público de comunicação social todavia, a originalidade dos conteúdos, continua aquém do tecnicamente recomendável para se poder impor sobretudo em outras latitudes.

A linha editorial do grupo SOICO revela que as acções da emissora priorizam, na sua programação, projectos de responsabilidade social, Trata-se de uma forte aposta na tecnologia, e um jornalismo equânimo, perspetivando colocar Moçambique entre os países com maior abertura em termos de pluralismo e exercício da cidadania

Segundo Vitorino (2008) citado por Siteo (2011), a STV foi considerada a melhor televisão de 2004 pela TV Zine. A STV tem realizado diversos realities-show, sendo assim considerada a estação televisiva com mais iniciativas programáticas.

CAPITULO III: METODOLOGIA

Método Científico

O Método científico é um conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação e que proporcionam bases lógicas a mesma (LAKATOS & MARCONI, 2017).

Nesta vertente, aplicou-se o método indutivo, uma vez que partiu-se de constatações particulares, nos órgãos em estudo.

Naquilo que tange aos métodos que indicam os meios técnicos de investigação, que GIL (2008) afirma terem por objectivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objectividade e a precisão no estudo dos factos sociais, recorreu-se ao método comparativo, tendo em vista analisar os diários STV e TVM e destes compreender os procedimentos recorridos na cobertura dos ataques terroristas em Cabo Delgado.

Bruyne (1991), apresenta metodologia como sendo a lógica dos procedimentos científicos em sua génese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Por outro lado, Taimo (2021) citando Gerhardt & Silveira (2009) aponta que a metodologia é referente à validade do caminho usado para se alcançar o fim proposto pelo estudo.

Objectivos da Pesquisa

Quanto aos objectivos, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, na medida em que descreve a maneira pela qual foi feita a cobertura dos ataques terroristas em Cabo delgado, no período em análise. Segundo Gil (2008), as pesquisas deste tipo têm em vista a descrição detalhada das características de determinado fenómeno.

Tipo Pesquisa

A presente pesquisa, pelos elementos que precisam serem esclarecidos e pelas suas características, oferecem a colocar uma abordagem ligada a pesquisa mista como base para a obtenção dos resultados traçados.

“Pesquisa Mista consiste em uma metodologia que alberga as abordagem quantitativa e qualitativa visam ampliar e aprofundar seu entendimento e corroboração”. (CRESWELL, CLARK, 2015; JOHNSON, ONWUEGBUZIE, TURNER, 2007). Enquanto a abordagem quantitativa é aplicada em dados passíveis de quantificação, a qualitativa “trabalha com o

universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2009, p. 21).

Segundo Fonseca (2002), a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (apud Gerhardt e Souza, 2009,p.33).

Ademais, com a dimensão quantitativa da análise, são obtidas informações que respondem a nossa pergunta de partida. Sugere De Salema (2009), que as respostas obtidas devem ser devidamente registadas em planilhas elaboradas tendo em conta cada tipo específico de media. Posteriormente, procede-se à apresentação gráfica ou por tabelas de toda a informação, através da qual se pode perceber, em termos percentuais, qual foi o comportamento dos médias no exercício de cobertura realizada. “A análise quantitativa dá-nos apenas uma dimensão da realidade. A quantidade de matérias publicadas, a quantidade de tempo, ou ainda a [...] busca ilustrar se a cobertura feita pelos media foi ou não equilibrada.

Técnicas da pesquisa

De acordo com Marconi & Lakatos (2003), Técnica de Pesquisa é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos, correspondem no entanto a parte prática de colecta de dados. Para o alcance do objectivo geral do estudo recorreu-se as seguintes: pesquisa bibliográfica (livros, trabalhos científicos) e a entrevista.

A análise de conteúdo, diz ainda mais que, por ser “um dos métodos eficientes mais usados em ciências sociais empíricas, pela sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado e por revelar-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística”. (HERSCOVITZ 2007, p. 123)

Pesquisa Bibliográfica

E pela natureza que a pesquisa apresenta, quanto as técnicas, foi aplicada a pesquisa bibliográfica. Partindo da recolha de material bibliográfico referente ao tema, selecção de bibliografias. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico”.

Técnica da recolha de dados

Quanto às técnicas da recolha de dados, utilizou-se a pesquisa documental, que possibilitou o uso da técnica de análise de conteúdo dos artigos informativos sobre os ataques terroristas, veiculados pelos dois órgãos de comunicação social em estudo, para assim alcançar os objectivos geral e específicos delimitados nas páginas anteriores. No acto da recolha de dados, foi usada a técnica de pesquisa documental, porque se trabalha com “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa” (GIL, 2008, p.51, apud FOTINE, 2020).

Ademais, a proposta que acompanha a análise de conteúdos e refere a uma decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenómenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentem uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade do grupo estudado. Deste modo, através dos resultados obtidos da pesquisa, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações através dos objectivos previstos no trabalho ou relacionados com algumas descobertas que não se separavam na pesquisa. (STRELOW, 2008)

Entrevista

Gil (2008), define entrevista como sendo a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A escolha dos dois jornalistas (Brito Simango da TVM e Hizdine Acha da STV), a escolha desses deve-se ao facto de ambos se destacarem com exclusividade em trazer a real situação

vivida naquele canto do país, por outro lado, a escolha destes órgãos, deve-se ao facto de suas políticas editoriais serem divergentes, visto que a TVM ser um órgão de comunicação social público-estatal, diferentemente da STV que é privada e com uma base de sobrevivência independente.

Método de Abordagem

São os métodos que possuem carácter mais geral. São responsáveis pelo raciocínio utilizado no desenvolvimento da pesquisa, ou seja, “[...] procedimentos gerais, que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica” (ANDRADE, 2001, p. 130-131).

Método hipotético-dedutivo

No entender de Soares (2003, p. 39), o método hipotético-dedutivo consiste na construção de conjecturas, as quais deveriam ser submetidas a testes, os mais diversos possíveis, à crítica intersubjetiva e ao controle mútuo pela discussão crítica, à publicidade crítica e ao confronto com os fatos, para ver quais as hipóteses que sobrevivem como mais aptas na luta pela vida, resistindo às tentativas de refutação e falseamento.

População e Amostra

A presente pesquisa analisa o género “reportagem” das secções de sociedade e política. Devido à amplitude do material audiovisual em estudo, bem como as dificuldades no seu acesso e o facto de ser uma análise que se baseia em dois órgãos de comunicação e cujo estudo acaba tendo um aspecto comparativo em relação ao equilíbrio feito por cada órgão no que concerne as fontes de informação, a mesma acaba se baseando em amostra. Sendo que, a mesma foi seguida pela escolha aleatória das edições colocadas para a análise.

Esta é a metodologia “mãe” que de certa maneira vai contribuir em grande medida para o alcance de algum resultado, sobre as estratégias usadas pelos órgãos em estudo para se ter o equilíbrio das fontes, durante a cobertura de matérias relacionadas aos conflitos armados em Cabo Delgado. Importa referir que o método aleatório consiste em colocar artigos em determinada ordem e através de um ponto inicial é selecionado aleatoriamente, os artigos selecionados e servem de amostra.

E para esta pesquisa, foram verificadas 152 reportagens de um período de 7 meses (Junho de 2021 a Dezembro de 2021), dentre estes, efectuou-se uma escolha aleatória e dada a amplitude do corpus documental, sendo que 70 edições da TVM e 82 edições na STV, sendo que 317 fontes foram identificadas e por conseguinte, desenvolveu-se, portanto, um processo de aferição nominal e percentual das fontes presentes na massa noticiosa analisada.

Segundo Malhotra (2001), para populações infinitas, ou em contextos de constante mudança, o estudo estatístico pode ser realizado com a colecta de parte de uma população (amostragem), denominada amostra. Amostra é um subgrupo de uma população, constituído de n unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, seleccionadas para participação no estudo. O tamanho da amostra a ser retirada da população é aquele que minimiza os custos de amostragem e pode ser com ou sem reposição.

Contudo, a amostra utilizada para a colecta de dados pertence ao grupo da não probabilística, neste caso, a amostra típica, que, segundo Laville e Dionne (2008), o pesquisador selecciona, a partir das suas necessidades, casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo ou de uma parte desta.

Ainda os mesmos autores afirmam que a amostra ou parcela, convenientemente seleccionada a população; é subconjunto da população. A amostra pode ser probabilística e não probabilística.

Para o alcance desta monografia valeu-se da *amostra não probabilística intencional*. As quais foram levada a efeito nos seguintes termos:

- Com recurso a amostragem não probabilística intencional, foram seleccionados no total 152 reportagens, sendo que 82 na STV e 70 na TVM .
- Dos diferentes órgãos de informação existentes no país, a escolha da TVM e STV deveu-se o facto de a TVM ser um órgão televisivo público e por sua vez a STV ser um dos órgãos privados que se destacou desde as primeiras incidências do conflito armado em Cabo Delgado.

De acordo com Malhotra (2001), a amostragem não-probabilística, confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de seleccionar os elementos amostrais.

O pesquisador pode arbitrariamente ou conscientemente decidir, quais serão os elementos a serem incluídos na amostra. As amostras não-probabilísticas podem oferecer boas estimativas

das características da população, mas não permitem uma avaliação objectiva da precisão dos resultados amostrais.

A teoria das escolhas aleatórias consiste em um universo ou conjunto total de sujeitos escolhe-se um determinado número de representação o sujeito de uma determinada população com características relevantes para o estudo. (W.GOOD 1979)

Assistiu-se as peças de reportagens dos dois órgãos que posteriormente possibilitou a sua interpretação. A construção dessas grelhas comparativas para a análise dos dados baseou-se nas já firmadas por Ribeiro (2006) e Ferreira (2010) a saber: a) identificação do órgão, b) identificação das fontes; c) número de fontes por notícia; d) números de fontes oficiais, f) número de fontes não oficiais, g) presença de fontes especializadas.

A alínea a) corresponde às duas variáveis STV e TVM que são iniciais das televisões em estudo. Na alínea b) é construída uma grelha para análises das fontes que predominam nas reportagens dos órgãos em estudo. Na alínea c) é feita a contagem automática de todas as fontes presentes nas reportagens e nos directos. Na alínea d) conta-se outra vez as fontes, mas, desta feita, fontes especializadas, tais como advogado, médico, psicólogo, sociólogo, jornalista, meteorologista, entre outros.

Categorias de Análise

Quadro 3: Categorias de Análise

Categoria	Características
Humanização dos factos	Para JORGE K. IJUIM: jornalismo humanizado tem como meio de construção de narrativas – histórias cujo enredo apresentem uma transformação dos personagens e da situação (Culler3), como também se percebe, além da informação, a experiência vivida pelo narrado e pelo narrador. O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista.
Desumanização dos factos	Este caracteriza-se por ignorar o fenómeno social nos acontecimentos, esta racionalidade tem levado a imprensa a constituir critérios de noticiabilidade que privilegiem o imediato em detrimento da reflexão

	sobre a complexidade das questões sociais.
Fontes de informação	Schmitz (2011) chama de fontes de informação noticiosa: “Pessoas interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas directas ou indirectamente em fatos e eventos; que agem de forma proactiva, activa, passiva ou reactiva; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma media”.(SCHMITZ, 2011, p.9)
Acesso do jornalista as fontes no local dos acontecimentos	Segundo Mapossa (2018), a presença do jornalista no local da ocorrência e o contacto com os protagonistas, observando de perto os acontecimentos constitui um dos procedimentos fundamentais na construção de artigos jornalísticos, uma vez que permite fazer estudo do cenário, das fontes de informação, suas reacções, a forma como respondem as perguntas colocadas pela imprensa, sua linguagem não-verbal, de modo a enriquecer a notícia.

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO

Dai que, durante o período de análise de 01 de Junho a 31 de Dezembro de 2021 a STV durante este período publicou 82 reportagens e com uma consulta de 162 fontes de informação e por sua vez a TVM com 70 reportagens com registo de 155 fontes de informação.

A análise que se segue apresenta uma discussão conjunta e comparativa das matérias apresentadas no jornal Notícias e O País, através da apresentação de temas/categorias que ilustram as principais similitudes e diferenças nas publicações dos dois jornais, tendo em conta os elementos que diferenciam o jornalismo de paz e o jornalismo de guerra

Tabela 1: Numérica da Análise

Categorias	Variáveis	Sequência	STV	TVM
Fonte de informação	Oficial	1	11	38
	Empresarial	2	13	11
	Institucional	3	12	10
	Popular	4	57	39
	Notável	5	11	09
	Testemunhal	6	45	23
	Especializada	7	06	10
	Referencial	8	07	14
Jornalista com a fonte no local dos acontecimentos	In loco	1	39	42
	Não in loco	2	43	28
Reportagens humanizadas	Com um tipo de fonte	1	21	15
	Com mais de um tipo de fonte	2	39	26
Reportagens sem humanização	Com um tipo de fonte	1	07	17
	Com mais de um tipo de fonte	2	15	12

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Os dados apresentam dois índices: o primeiro das reportagens e o segundo, o número total de fontes encontradas nas mesmas reportagens e para a melhor compreensão dos factos, os dados são interpretados em tabela, pelo que a tabela 1 mostra que foram encontradas 152 reportagens dos dois telejornais em análise, sendo que a maioria (82) são da STV e os

restantes 70 da TVM. Por sua vez, a tabela 2 mostra a identificação de fontes de informação nos dois, tendo os órgãos, STV registado 162 fontes contra 155 da TVM.

Tabela 2: O universo de Reportagens

Mês	STV	TVM	TOTAL
Junho	10	7	17
Julho	8	11	19
Agosto	13	13	26
Setembro	16	15	21
Outubro	11	7	18
Novembro	14	8	22
Dezembro	10	9	19
Totais	82	70	152

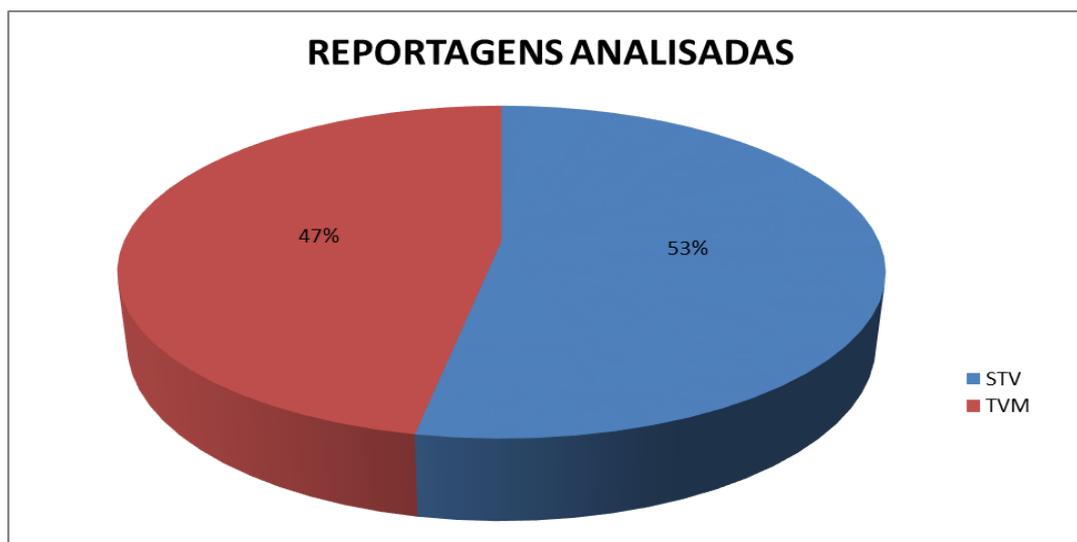
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A tabela 2, revela o universo de reportagens recolhidas ao longo da análise e sua repartição órgãos televisivos em estudo. Ao todo, foram 152 reportagens que abordam a cobertura jornalística do conflito armado em Cabo Delgado, de junho de 2021 a Dezembro do mesmo ano. Em termos de notícias publicadas, a STV apresenta o maior numero de reportagens no assunto no período em análise, tendo publicado 82 reportagens contra 70 publicadas pela TVM, sendo que a STV com o registo de numero máximo de reportagens no mês de Setembro.

Análise Percentual das Reportagens

“O jornalismo é uma forma de comunicação em sociedade. A principal função do jornalismo, nos estados democráticos de direito, é a de manter um sistema de vigilância e de controlo dos poderes. Esta vigilância exerce-se através da difusão pública de informação.” (Sousa,2001:13). Diante destas responsabilidades e pelos dados colectados, percebe-se que a STV e TVM cumpriram a função de informar à sociedade sobre o decurso do conflito armado no país. O gráfico abaixo 2, faz referência em termos percentuais das reportagens analisadas durante o período em estudo, sendo que a STV apresenta uma percentagem maior de 53% em relação a TVM que apresenta 47%.

Gráfico 1: Análise Percentual



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Nota-se na base dos dados acima descritos de que os canais, STV e TVM, tem-se destacado na cobertura e divulgação de informações inerentes aos ataques terroristas em Cabo-Delgado. Nas 152 reportagens publicadas, no período de 01 de Junho de 2021 a 31 de Dezembro do mesmo ano, a STV possui maior parte de reportagens com um número avaliado em 82, o equivalente a 53% e por sua vez, a TVM com um total de 70 reportagens, alcançando em termos percentuais 47%, com isso, nota-se que a STV teve mais exposições de reportagens inerentes a conflitos armados em Cabo Delgado.

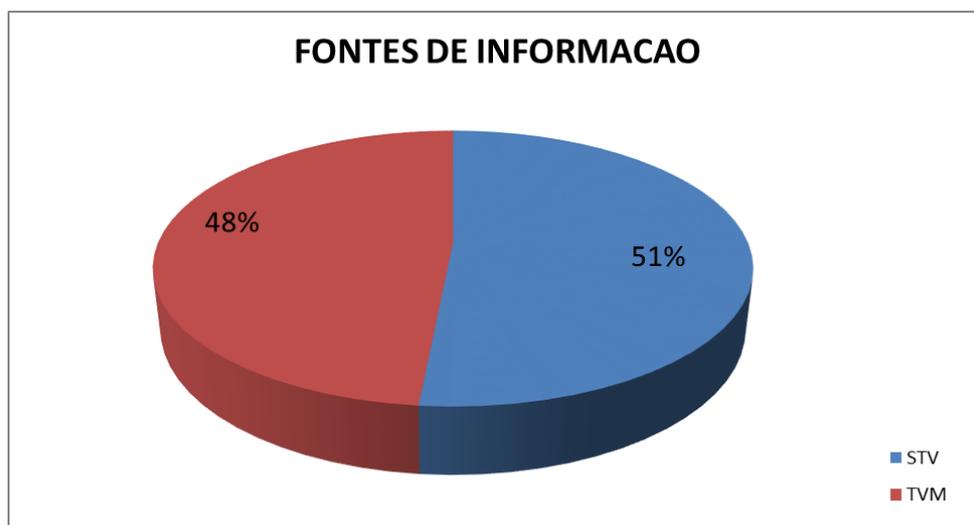
Tabela 3: Total de Fontes Consultadas Nesta Pesquisa

Mês	STV (Nr de fontes consultadas/mês)	TVM (Nr de fontes consultadas/mês)	TOTAL
Junho	19	15	34
Julho	12	13	25
Agosto	20	18	38
Setembro	31	29	60
Outubro	29	32	60
Novembro	34	18	52
Dezembro	17	30	47
Total	162	155	317

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

No geral, os dois órgãos durante os 7 meses para a consulta de fontes na matéria sobre conflito armados num total de 317 a STV está na vantagem com 162 em relação a TVM com apenas 317, na mesma senda a STV atingiu o máximo de consulta com 34 fontes no mês de Novembro.

Gráfico 2: Percentagem das Fontes



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Acima temos a demonstração das fontes que foram sendo consultadas pelos órgãos ao longo dos sete meses, e constata-se que a STV apresenta-se como maior consultador das fontes de informação sendo que o mês de Novembro com um numero mais elevado (referimo-nos apenas ao período analisado).

Comparando o número total em cada órgão, verifica-se uma diferença de 7 fontes de informação, sendo que a maior parte corresponde a STV, com esta realidade fica evidente o facto de que “A STV aparece como um factor de diversificação das fontes de informação, em contraposição à TVM, cada vez mais percebida no senso comum como uma caixa-de-ressonância do discurso oficial do governo”.

Tabela 4: Actores / Descrição das fontes

Fontes	STV	TVM
Oficial	11	38
Empresarial	13	11
Institucional	12	10
Popular	57	39
Notável	11	09
Testemunhal	45	23
Especializada	06	10
Referencial	07	14
Total	162	155

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Quanto a descrição das fontes, a tabela 4 revela que os dois órgãos as suas consultas estão ancoradas na fonte popular.

A apuração dos dados acima arrolados, é uma demonstração clara daquele que é o papel do jornalista, que é de informar a sociedade, mediante as informações, sendo que a consulta de fontes de informação. Guivala (2019) afirma que as fontes de informação dão significado aos acontecimentos, por isso, em tempos de guerra é importante fazer o cruzamento da informação, visto que as matérias são produzidas em momentos de tensão.

Um dado, não menos importante é a prevalência da fonte popular como sendo a que mais se destaca, o que pode estar relacionado ao facto de elas serem consideradas pessoas comuns e não representam nenhuma organização, nem pública, nem privada. É uma fonte que aparece nos telejornais como testemunha, vítima e/ou cidadão que reivindica, por exemplo, melhores condições de vida. Segundo Schmitz (2011, pp. 25-26) esta fonte “busca visibilidade para reivindicar os seus direitos. Além de testemunhar algum facto, essa fonte também é utilizada para contextualizar uma informação na vida cotidiana”. Outras fontes não menos importantes, são as oficiais, visto que elas albergam Estado e suas instituições, ou seja, “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.)”. (SCHMITZ 2011, p. 25)

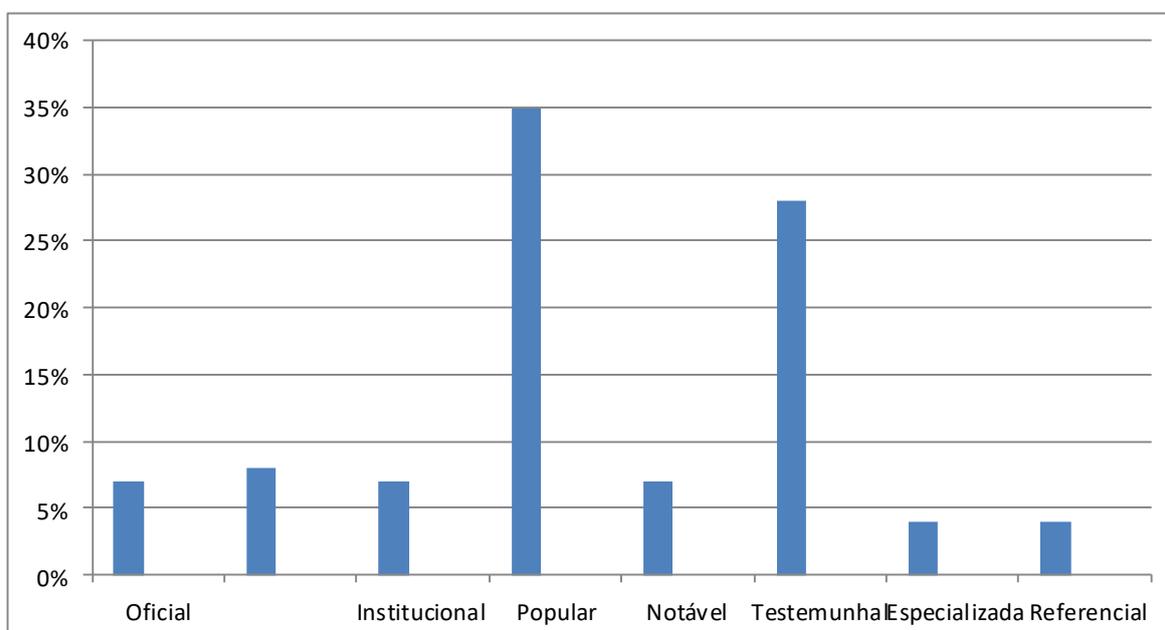
E sobre a disparidade evidente quanto ao acesso as fontes oficiais, Brito (2014, p.23) afirma que “desde o início dos confrontos político-militares em Moçambique, o governo tem recusado - contra as evidências e a opinião pública, a existência de guerra no país” .E nessa situação.

Nhabetse (2016), o governo dificulta acesso à informação que os principais órgãos de informação públicos e alguns privados têm ou tinham. Para este caso, pode se assumir que TVM carrega consigo uma vantagem pelo facto de este ter uma ligação estatal, diferentemente da STV.

Apresentação Percentual das Fontes Consultadas pela STV e TVM

Segundo Sousa (2001), as fontes humanas devem ser escolhidas pela sua qualificação para falar sobre algum assunto, pela sua competência e credibilidade, pela oportunidade e pertinência do contacto e, obviamente, pela sua disponibilidade para falarem com o jornalista. Tendo em conta as matérias abordadas, em termos percentuais, os jornais em análise recorreram às fontes de informação da seguinte forma:

Gráfico 3: Fontes Consultadas pela STV

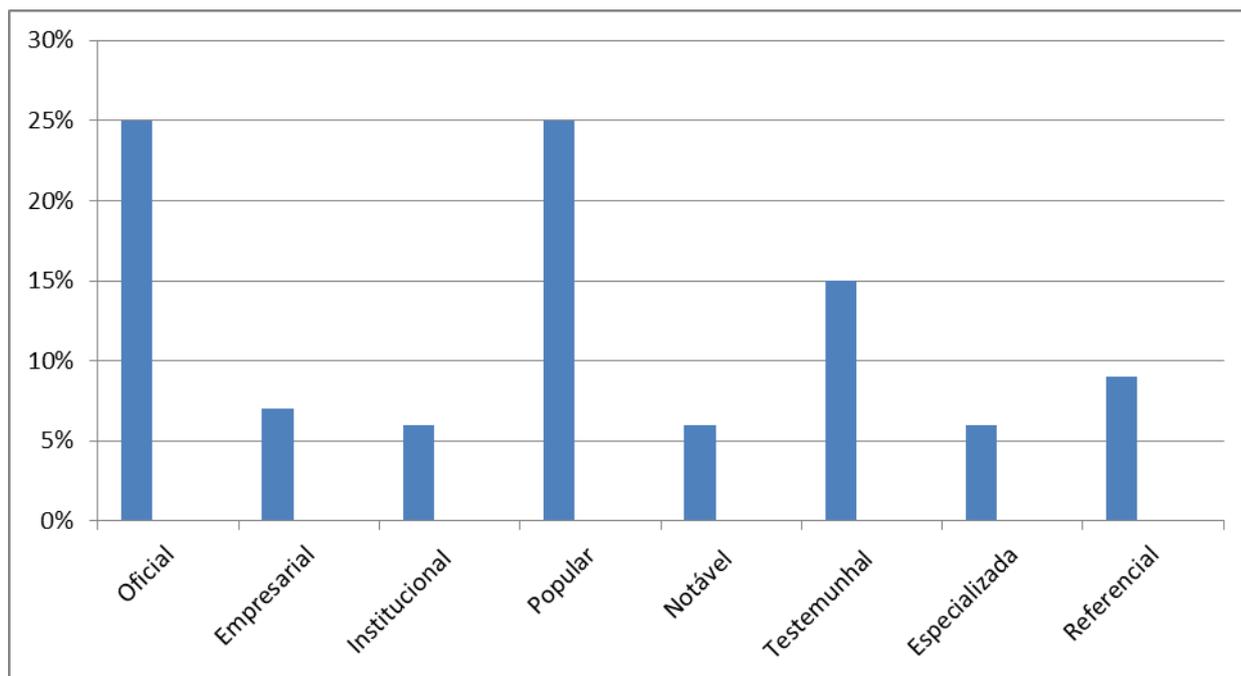


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

O gráfico acima apresentado indica que a STV nas suas coberturas tem a fonte popular como a principal consultada, com equivalência de 35%, segue-se a testemunhal, com uma

representatividade de 28%, enquanto as empresariais surgem com 8% e as instituições privadas e notáveis com 7% respectivamente. Ainda verifica-se a existência de algumas figuras públicas com 4% e igualmente os referenciais com 4%.

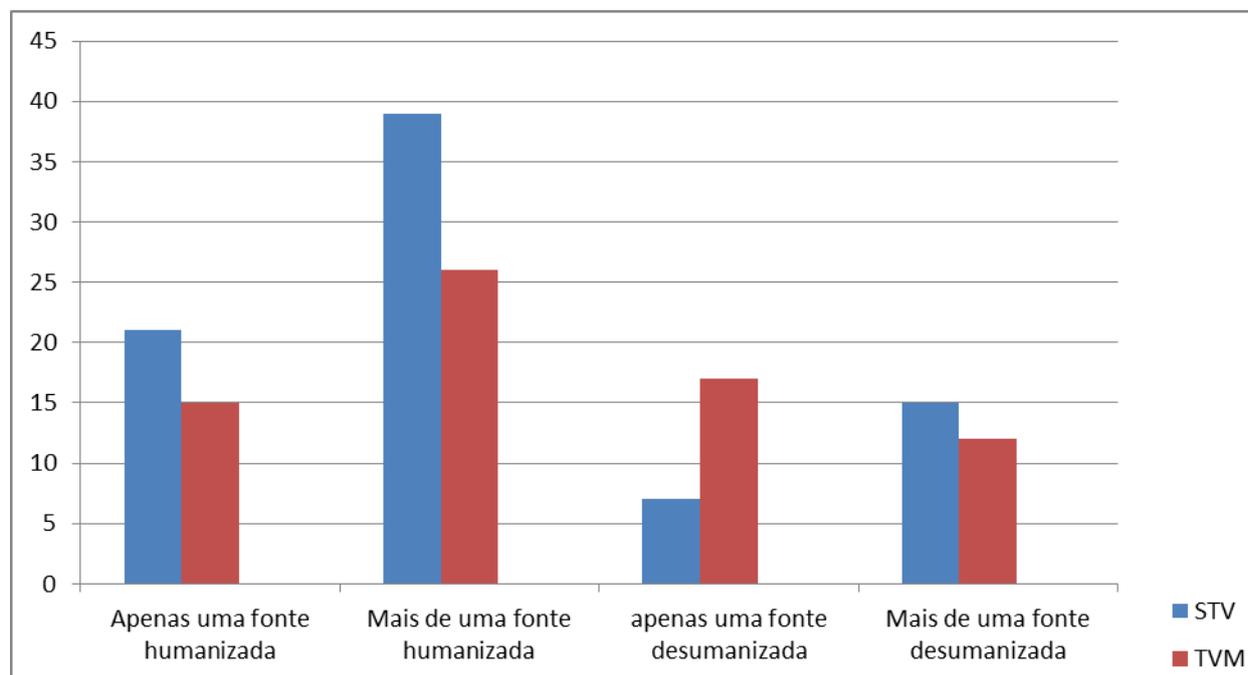
Gráfico 4: Fontes Consultadas pela TVM



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A distribuição da amostra em função da consulta de fontes de informação, das 155 denota-se que existe uma tendência de se consultar com maior índice a fonte oficial e igualmente a popular, com uma percentagem de 25% para cada e segue a testemunhal com 15% a referencial com 9%, a empresarial com 7% e a notável e especializada com 6% respectivamente.

Gráfico 5: Humanização de Reportagens

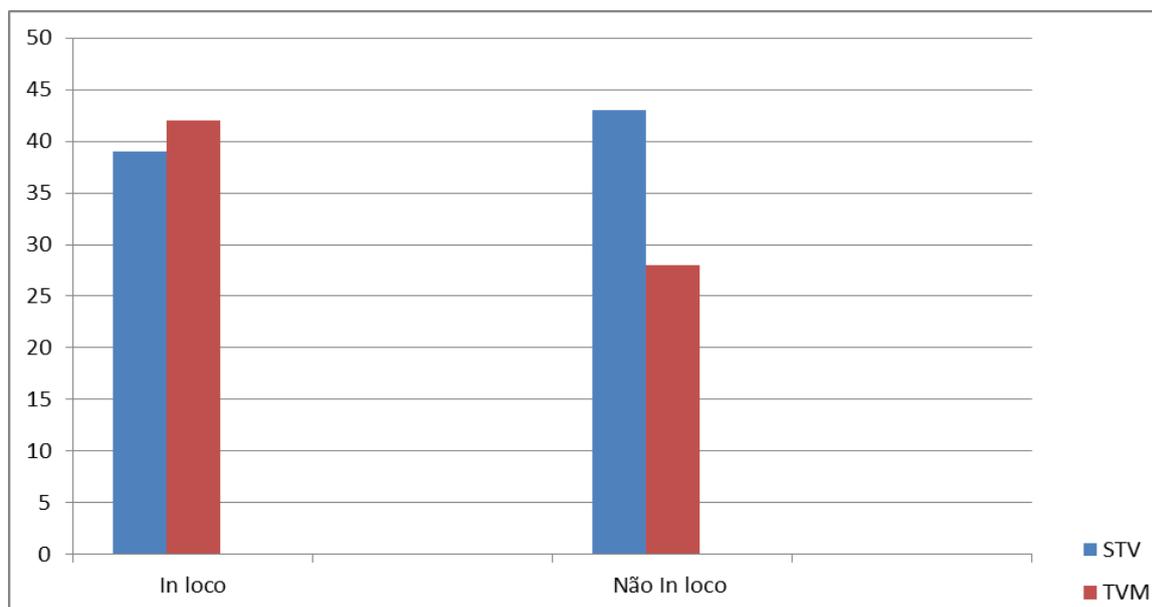


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

O gráfico acima apresentado, faz uma demonstração comparativa em termos da importância que os jornalistas atribuem as fontes quando se busca pela humanização das mesmas e constata-se que a STV no universo das 162 fontes consultadas, há predominância de um elevado número de fontes humanizadas, ou seja, a primazia é atribuída a humanização dos factos quando se trata de informações relacionadas ao terrorismo, por outro lado, a TVM com 27 fontes humanizadas no universo de 155 fontes tidas nas reportagens.

Guivala (2019) chama atenção no sentido de que “em tempos de guerra tem havido situações em que as fontes tomam conhecimento de que o jornalista está a deslocar-se a um determinado local para deturpar a informação”. Por outro lado, de acordo com Sanveca (2015), a media televisiva em Moçambique tornou-se uma referência como espaço que conta diversos acontecimentos nacionais e do mundo, e os espaços noticiosos “configuram-se como lugar privilegiado de articulação dos campos sociais, em que os mais variados discursos procuram visibilidade e transparência”. (SANVECA, 2015, p. 38). Na procura dessa visibilidade e transparência mediática, surgem embates entre as fontes de informação e os media, pois procuram as fontes articular discursos favoráveis a si próprio, podendo-se limitar a possibilidade de os media consultarem fontes diversas.

Gráfico 6: Categoria de análise -Acesso do jornalista no local do acontecimento



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Do gráfico acima, pode-se compreender a importância que os órgãos em análise deram à problemática dos ataques terroristas em Cabo Delgado, a partir do momento em que mais de cinquenta por cento dos seus artigos foram feitos através de coberturas realizadas nos locais das ocorrências.

Na STV, das 82 reportagens que fazem referência a coberturas realizadas 39 resultam das reportagens feitas “in loco”, contra 42 da TVM. Em contrapartida, 43 reportagens da STV divulgadas pela STV os jornalistas não tiveram acesso ao local dos acontecimentos, sendo que a TVM, apenas 28 reportagens não tem o jornalista in loco.

Segundo Mapossa (2018), a presença do jornalista no local da ocorrência e o contacto com os protagonistas, observando de perto os acontecimentos constitui um dos procedimentos fundamentais na construção de artigos jornalísticos, uma vez que permite fazer estudo do cenário, das fontes de informação, suas reacções, a forma como respondem as perguntas colocadas pela imprensa, sua linguagem não-verbal, de modo a enriquecer a notícia.

Por outro lado, para Miguel (2010), a fama deste canal de televisão (TVM) surge por ter-se “colocado como instância mediadora de demandas públicas, e na maioria das vezes, como solucionadora de conflitos sociais”. Ademais, apostou no *merchandising social desenvolvido especialmente através de um projecto de manipulação e controle social*

que, por vezes, não é compreendido, inclusive por pessoas que poderiam ostentar um posicionamento mais crítico”. (MIGUEL,2010,p.218)

Análise comparativa dos resultados

Olhando para o material colhido a dimensão dos fenómenos, pode-se assumir que houve uma diferença na cobertura feita pelos órgãos, sobretudo, no que diz respeito ao equilíbrio das fontes consultadas.

Esta conclusão resulta dos dados colhidos e analisados a partir da análise da quantidade de matérias publicadas pelos dois órgãos de comunicação em relação a predominância da tipificação das fontes consultadas e tendo todos os intervenientes (órgãos) no fenómeno terrorismo dado diferente importância.

Acesso as Fontes

Ciente da possibilidade de manipulação da informação, o jornalista da STV avança ainda que, nas suas reportagens prioriza a fonte popular pelo facto de: *“embora com receio esta fonte tem pautado pelo fornecimento de dados credíveis e que dizem respeito aos factos presenciados, visto que ainda na sua concepção as fontes oficiais, sobretudo as governamentais são duvidosas”* (entrevista ao jornalista da STV Isdin Hacha 20 de Abril de 2023)

Aliado a este facto faz uma ligação com o dito por Pinto (2000, p. 278), “as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua actividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas”.

Apesar da impossibilidade em ter a entrevista ao repórter da TVM, um facto ee destacado, sobre a vantagem conferida a TVM em relação as fontes oficiais, elas albergam estado e suas instituições. Ou seja, “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.)”. (SCHMITZ 2011, p. 25)

E sobre a disparidade evidente quanto ao acesso as fontes oficiais, Brito (2014, p.23) afirma que “desde o início dos confrontos político militares em Moçambique, o governo tem recusado - contra as evidências e a opinião pública, a existência de guerra no país” . E nessa

situação, no entender de Nhabetse (2016), o governo dificulta acesso à informação que os principais órgãos de informação públicos e alguns privados têm ou tinham. Para este caso, pode se assumir que TVM carrega consigo uma vantagem pelo facto de este ter uma ligação estatal, diferentemente da STV.

Acesso ao Local dos Factos

Por outro lado, o acesso ao local dos acontecimentos, também merece um destaque nos dois órgãos, tal facto pode ser notado ao que das 82 reportagens da STV, acima de 35 reportagens foram feitas “In Loco”, e por sua vez a TVM, com a maioria de reportagens realizadas no local, das 72 mais da sua metade dizem respeito ao “In loco”, uma diferença que de acordo com a entrevista concedida pelo jornalista da STV Izdini Hacha é justificada pelo medo que caracteriza a população daquele ponto do país, uma realidade que não começou a ser manifestada recentemente, ele avança que o fechamento político existente influencia para tal, o que também acaba se estendendo para todos os assuntos que envolvem a sociedade.

“Independentemente dos assuntos a população sempre se mostrou fechada para fornecer qualquer dado que pudesse ser aos jornalistas ...o baixo nível de escolaridade, influencia também na dificuldade que é apresentada pelos residentes daquela área, e mais, o domínio político, é um dado que não se pode ignorar, o local é vigiada pela polícia a tempo inteiro, em vários momentos sofremos ataques, isso talvez por sermos muito mais da mídia privada”. (entrevista ao jornalista da STV, Izdini Hacha 20 de Abril de 2023).

A consulta de apenas uma fonte de informação, pode estar relacionado a concorrência existente no mercado jornalístico em poder ter acesso as fontes, no entanto, o facto torna-se mais agravante quando as mesmas fontes mostram-se escassas, isto devido ao assunto em causa bem como, quando se corre para o cumprimento das agendas da redacção.

“ Trabalhar nas zonas de terrorismo, não é fácil, mas temos que trabalhar para informar sobre o que acontece, há que se cumprir com a agenda, precisamos informar a real situação vivida nas zonas afectadas, ou bem melhor, arredores quando impossível estar no local”. (entrevista ao jornalista da Stv, 20 de Abril de 2023). Face a esta situação, pode alinhar-se ao dito por (Eugénio Arão apud GUIVALA) quando refere que *"o desequilíbrio no espaço noticioso resulta dos vários interesses que existem no mercado de comunicação social ou*

empresas jornalísticas, que podem partir do próprio jornalista, órgão ou de uma coacção de uma força superficial"

CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi orientada pelo interesse relacionado a busca de uma percepção em torno da “Análise de equilíbrio das fontes de informação na cobertura do conflito armado em Cabo Delgado. A realização desta pesquisa, teve uma linha orientadora enquadrada no objectivo geral que consiste em Analisar o equilíbrio das fontes de informação consultadas pela STV e TVM no processo da produção de notícias sobre insurgência armada em Cabo Delgado.

Feita a análise e interpretação de dados, chega-se à conclusão de que a cobertura dos conflitos armados em Cabo Delgado é de interesse dos órgãos em estudo, tanto é que houve uma intenção de incluir o assunto em causa nas suas pautas jornalísticas, a esta realidade está no facto de que das 152 reportagens a STV apresenta 82 reportagens equivalente a 53% e por outro lado a TVM com 70 reportagens o que corresponde a 47%

E sobre os principais actores, a STV caracteriza-se pela consulta maioritariamente de fontes populares, isto é com cerca de 35 % quando comparada com as demais, ainda nesta observação, a TVM tem a fonte popular e oficial com sendo características, com uma percentagem de 25 para cada, esta diferença, pode contribuir em parte para a construção de informações com credibilidade.

Por outro lado, apesar dos dois órgãos fazerem a cobertura dos conflitos armados em Cabo Delgado, a TVM faz de forma superficial a humanização das fontes por ela feita, ora vejamos, das reportagens consultadas apenas 26 é que apresentam mais de uma fonte humanizada, enquanto a STV buscou explorar a questão da humanização e para tal, apresenta 38 reportagens com mais de uma fonte humanizada, o que revela um interesse por narrativas.

Avaliar as fontes usadas pela STV e TVM, em matérias sobre conflito armado em Cabo-Delgado os dois órgãos tiveram cerca de 50% de reportagens feitas a partir do local do acontecimento, revelando que o jornalista teve contacto com os protagonistas que viveram de perto os acontecimentos, o que constitui procedimentos fundamentais na construção de artigos jornalísticos.

Nota-se igualmente que, nos dois órgãos, os jornalistas ouviram todas as fontes de informação que precisavam ser ouvidas, “governamentais, particulares e populares”, sendo que as fontes populares foram as mais predominantes nas reportagens da “STV” e “TVM”,

com isso, valida-se a primeira hipótese que diz que a STV e a TVM buscaram diversificar as fontes de informação na elaboração das reportagens sobre o conflito armado em Cabo delgado como forma de credibilizar as notícias a veicular, deste modo, não havendo traços para a validação da segunda hipótese que diz que a STV e a TVM focaram-se somente nas fontes governamentais na produção de reportagens sobre o conflito armado em Cabo delgado porque esse tipo de fontes são as mais credíveis.

Contudo, esta caracterização revela que têm que ser criadas condições de várias ordens para que o jornalista tenha capacidade de tratar com mais profundidade a cobertura dos conflitos armados na zona nortenha do país.

Referências Bibliográficas

BRUM, Eliane. *A menina quebrada*. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2013.

CARVALHO, Elvis. *Jornalismo de Guerra: O Caso da Imprensa Portuguesa*. Universidade da Beira Interior. Artes e Letras. Covilhã. Portugal 2013.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012
MORETTI, M. A. *A ética no jornalismo: O jornalismo em tempos de guerra*. São Paulo: Uninove, 2004

CRESWELL, J.W.; CLARK, Vicki L. *Pesquisa de métodos mistos: série métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Penso Editora, 2015

DENZI, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. S.; e Colaboradores. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

DOS SANOS; José. *Em directo da guerra: O impacto da Guerra do Golfo no discurso jornalístico*. In MORETTI, M. A. *A ética no jornalismo: O jornalismo em tempos de guerra*. São Paulo: Uninove, 2004

FOTINE, Mateus Jossias. *Jornalismo político em Moçambique: a cobertura da campanha eleitoral de 2019 pelos semanários Savana e Domingo*. ECA-UEM, 2020.

GUIVALA, Clévia.(2019) *Parcialidade jornalística na cobertura do conflito político-militar em Moçambique*. Maputo

KARAM, Francisco José Castilho. *Jornalismo, ética e liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2014.

LAJE, Nilson. *A Reportagem : teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro, Record, 2001

MAPOSSA, J. (2018). *Cobertura Jornalística de Casamentos Prematuros em Moçambique nos diários “Notícias” e “O País” em 2016*. Maputo: Escola de Comunicação e Artes-UEM

Mcquail, Denis (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

MERCIER, Arnaud. *Qual é o espaço da mídia em tempo de Guerra?*. In: *Revue International de la Croix-Rouge*, vol. 85, 2005. p. 233-244. Disponível em https://www.icrc.org/fre/assets/files/other/irrc_860_mercier.pdf.

Rubbin HGE, Rubbin HIS. *Qualitative interviewing the art of hearing data*. Londres: Sage Publication; 1995.

SCHMITZ, A. António. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes de jornalismo*. Combook, 2011, São Paulo. Ebook.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.